



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Escola de Comunicação

Cidades e Soluções

Jornalismo e Desenvolvimento Sustentável

Thais de Figueiredo Canella

Rio de Janeiro

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Escola de Comunicação

Cidades e Soluções: Jornalismo e Desenvolvimento Sustentável.

Thais de Figueiredo Canella

Monografia apresentada à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito à conclusão do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Mohammed El Hajji

Co-orientador: Israel Oliveira

Rio de Janeiro

2009

Cidades e Soluções
Jornalismo e Desenvolvimento Sustentável.

Thais de Figueiredo Canella

Monografia submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social.

Banca Examinadora:

Professor Mohammed El Hajji – Orientador

Professora Ilana Strozemberg

Professor Renzo Taddei

Aprovada em:

Nota:

Rio de Janeiro

2009

Aos meus pais e seus exemplos de responsabilidade ambiental.

A minha irmã e ao meu sobrinho, que chega ao mundo junto com esse trabalho.

Ao Wallace, que me conquistou quando caloura e trouxe para a universidade (e para toda a minha vida) um gosto mais especial.

Ao André Trigueiro, sempre paciente e gentil, apesar do tempo apertado.

Às minhas avós, que sempre torceram por mim, nos céus ou na terra firme.

A Deus, pela oportunidade de estar viva e me permitir chegar até essa etapa.

À Carla Marques, pelas inúmeras ligações e discussões.

À Débora Yuan, pelas opiniões pertinentes e pelas indicações de textos complementares.

À Família Rousselet pelo carinho.

Aos orientadores, Mohamed e Israel pela confiança, desde o primeiro dia. Obrigada!

CANELLA, Thais de Figueiredo. **Cidades e Soluções: Jornalismo e Desenvolvimento Sustentável**. Orientador: Professor Mohammed El Hajji. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2009. Monografia (Graduação em Jornalismo).

RESUMO

O trabalho visa apresentar um estudo sobre o programa Cidades e Soluções e a divulgação na TV (e internet) do primeiro programa da televisão brasileira voltado a apresentar soluções para a implantação do desenvolvimento sustentável. Através do estudo do processo de criação da crise ambiental, ao longo dos séculos XIX e XX, chegamos ao conceito do desenvolvimento sustentável. Após debater o termo, suas origens, algumas opiniões críticas e outras opiniões favoráveis, encontramos o paradoxo dessa discussão na mídia: o discurso contra e o discurso pró, visível no programa Cidades e Soluções. A análise prática do programa (o contexto em que foi criado, o formato e os assuntos) apresenta o piloto de um novo tipo de jornalismo, voltado para a conscientização sem o discurso apocalíptico.

SUMÁRIO

1 Introdução

2 Construindo a crise

2.1 – A crise ambiental: a Revolução Industrial

2.2 – A crise ambiental: O século XX

2.3 – A crise ambiental no Brasil

2.4 – A crise urbana: Megacidades no século XXI

3 Construindo a Solução

3.1 – Desenvolvimento Sustentável: origem e conceitos

3.2 – Críticas ao discurso sustentável

3.3 – Desenvolvimento Sustentável: o social, o econômico e o ambiental

3.4 – O discurso do Desenvolvimento Sustentável pela mídia

4 Cidades e Soluções

4.1 – Cidades e Soluções: criação e proposta

4.2 – O formato do programa

4.3 – Análise descritiva do programa: sustentabilidade ambiental

4.4 – Análise descritiva do programa: sustentabilidade cidadã

5 Conclusão

6 Referências bibliográficas

1 – Introdução

Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social estão “na moda”. Essa é uma frase comum proferida por pessoas de várias classes sociais, com empregos e histórias diferentes. A expressão “na moda” refere-se a tendências que chegam e passam a cada estação. Portanto, a elocução pode desencadear uma idéia errada a respeito do tema. O desenvolvimento sustentável não é uma tendência, tão pouco vai passar. Trata-se de uma nova visão global de sociedade e economia.

Entretanto, a sustentabilidade ainda não foi compreendida majoritariamente. Desde o surgimento do termo Desenvolvimento Sustentável, na década de oitenta, discussões em comunidades acadêmicas criticam ou mistificam o seu valor. A proposta de realizar um desenvolvimento econômico baseado na sustentabilidade dos recursos naturais parece soar distante da realidade: um mundo separado entre países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, à beira de um colapso ambiental.

A culpa dos desastres ecológicos, em geral, quando divulgados através da mídia, recai sobre órgãos públicos ou empresas descuidadas. Para grande parte da população, associar o caos ambiental com o nosso meio social e nossa estrutura econômica parece demasiadamente fictício. É comum perceber que muita gente ainda não se deu conta que, na verdade, é o nosso sistema, nossa forma de viver, baseada no lucro desmedido e na substituição intensa de produtos e no desperdício, que está forçando o planeta, num ciclo de aquecimento global e poluição.

Então, qual é a nossa participação no caos climático? Como gerir um problema que, quando apresentado pela mídia, parece não ter solução, ser invariavelmente apocalíptico? O que fazer se o sistema econômico adotado pelo mundo gera, além da degradação ecológica, a desigualdade social e a pobreza?

Na verdade, esses problemas são de extrema urgência. O consumo é o ponto de partida para a orientação da sociedade. Os recursos são extraídos da natureza, modificados em indústrias, colocados a venda e em seguida são jogados no lixo. Durante o processo, nesse esquema, inserem-se pessoas que trabalham na extração, fabricação, venda e recolhimento dos recursos. Ou seja, ao longo de todo o processo, os homens interferem, participam ativamente e são responsáveis pelo que ocorre com o meio ambiente, independente da etapa do processo produtivo em que eles se encontrem.

O objetivo deste trabalho é apresentar, em duas etapas, a crise e uma solução e, em uma terceira, descrever e analisar um exemplo prático de como a comunicação (na

forma do jornalismo, especificamente) é importante para a divulgação dessas soluções. Na verdade, a pesquisa compõe através de elementos históricos e acadêmicos o processo do desenvolvimento paralelo ao da degradação ambiental. Através de uma revisão bibliográfica, a primeira etapa é construir a crise, entender o que acontecia com o mundo de uma perspectiva histórica, levando em consideração os elementos necessários e suas épocas.

No capítulo dois, a crise é dividida em quatro partes: a Revolução Industrial e seus efeitos na economia; o século XX, constantemente em mudança, após absorver os impactos que a industrialização trouxe; o contexto do Brasil, uma vez que a análise midiática cai sobre o território nacional, ou seja, temporaliza o país nos acontecimentos mundiais; e os desafios urbanos no século XXI, baseado em um relatório que reuniu as principais dificuldades existentes nos grandes centros urbanos mundiais (as chamadas megacidades).

A solução chega ao ponto do Desenvolvimento Sustentável em si, no capítulo três. Nela, é proposto um estudo sobre porque esse conceito surgiu, em qual momento específico e quais são as suas principais fundamentações. Como se trata um termo relativamente novo (pouco mais de 20 anos), ele ainda é bastante aberto às discussões e às reflexões. Dessa forma, a pesquisa propõe uma avaliação de pontos de vista críticos ao discurso sustentável e ambientalista. Estudos acadêmicos são analisados e colocados como pontos chave para a compreensão geral do que a sustentabilidade significa.

Conhecendo o discurso contrário, é possível na pesquisa fazer um apanhado dos posicionamentos favoráveis. É possível abrir uma discussão sobre desenvolvimento sustentável na prática e sua relação com a sociedade. O que, na verdade, significa o mundo sustentável, e de que maneira a sociedade pode (e deve) adotar valores que se encaminhem para um novo estilo de desenvolvimento, que permita a coexistência de um crescimento econômico, ainda que um pouco mais tímido, e meio ambiente.

Por fim, na construção da solução, debate-se sobre a importância da comunicação no discurso sustentável. Afinal, a mídia é tida como uma das formas mais influentes na formação do pensamento de uma sociedade. A opinião pública é formada especialmente com a participação do discurso jornalístico. Ora, se para a implementação do desenvolvimento sustentável torna-se necessário exprimir novos valores e atitudes, é a partir da comunicação que será possível disseminar as novas idéias. Então, na pesquisa, tomou-se consciência de que há um lado que é contra o discurso jornalístico ambiental, apesar da defesa do discurso pró-sustentabilidade.

Para ilustrar as maneiras possíveis de a mídia trazer soluções aos lares dos cidadãos sem cair no discurso alarmista apocalíptico, foi escolhido o programa da rede Globonews, Cidades e Soluções. Por se tratar de um estilo de programa pioneiro, pois ele se propõe a oferecer soluções para o dia-a-dia urbano através do espaço na mídia para experiências bem-sucedidas, foi relevante apresentar um estudo sobre o seu estilo, o seu formato e o seu discurso. Esse assunto é visto no capítulo quatro.

O material utilizado no trabalho de estudo do programa foi o livro do próprio jornalista responsável, André Trigueiro, onde ele faz um apanhado de várias matérias sobre sustentabilidade, divulgado em diferentes estilos de mídia. Nesse livro, é possível perceber um viés da opinião do apresentador que idealizou e revolucionou a comunicação baseada no discurso para o desenvolvimento sustentável.

Além do livro, foi utilizada como fonte uma pesquisa de pós-graduação da Universidade de Brasília, que caracteriza o programa Cidades e Soluções como jornalismo público. Apesar de o enfoque sobre o objeto de estudo ser diferente, algumas informações ali contidas foram de extrema importância para analisar a parte estrutural do programa, além de conter informações verbais decorrentes de uma entrevista com o apresentador.

Uma entrevista com André Trigueiro foi realizada para esse trabalho, visando adicionar informações novas e visões particulares sobre a criação de um programa na linha sustentável. Dessa forma, foi possível entender porque o editor-chefe do programa não o caracteriza como jornalismo ambiental, preferindo referir-se a ele como uma forma de “educação para o meio ambiente”.

Por último, uma amostra de quatro episódios foi realizada, para explicar como são escolhidos os assuntos e como eles são apresentados aos expectadores. Exemplos do emprego de práticas sustentáveis em diversos contextos urbanos são descritos na pesquisa, passando pela apresentação de técnicos responsáveis, para garantir a credibilidade ao episódio, e pela escolha de até três soluções parecidas por programa, para que não haja uma única proposta disponível à sociedade.

Além dos exemplos sustentáveis práticos, também são analisados nessa escolha episódios voltados à cidadania e ao comportamento humano. Na verdade, isso ilustra que o discurso do programa não deixa de lado a importância da mudança da concepção dos valores enraizados na sociedade. Dessa forma, o programa também trabalha com uma temática prática, ajudando seu público a entender que a implementação da sustentabilidade vai bem mais além da adoção de medidas práticas e passa,

principalmente, pela mudança de comportamentos simples, como uma revisão nos hábitos de consumo (desde compras até a escolha do combustível) e adoção de um sistema de reciclagem.

A proposta em si do trabalho é, enfim, explicar como a crise se desenvolveu e mudou em pouco tempo o planeta, e como esse cenário caótico trouxe à tona uma nova esfera de desenvolvimento. Através de um estudo sobre de que forma ele se torna possível, a pesquisa apresenta um programa com uma proposta inédita, fugindo da espetacularização da degradação ambiental e descreve como sua fórmula pode servir de modelo para que atitudes sustentáveis sejam tomadas.

2 – Construindo a Crise

Para contextualizar a criação do programa Cidades e Soluções, é preciso compreender o que são essas soluções. Ora, se são propostas maneiras de resolver problemas, é preciso entender exatamente quais são eles. De onde surgiram e como se deu a sua evolução.

A construção da crise ambiental retoma o princípio da humanidade e a maneira que o homem sempre se relacionou com a natureza. Em todas as culturas e em todos os tempos, seres humanos sempre conviveram no mesmo espaço que outras criaturas, independentemente das condições geográficas e climáticas. Desde o princípio, construiu-se uma relação de necessidade (uma simbiose) entre o homem e o meio ambiente. Dele, provinha a comida, a água, o abrigo da chuva, a luz.

No entanto, diferentemente das outras espécies, os seres humanos evoluíram de uma forma nova: eles foram capazes de mudar o meio em seu favor, produzindo a sua condição de existência através do trabalho. Passaram da condição de nômades para sedentários, estabilizando-se em áreas específicas. Eles começaram a domesticar animais e a plantar em solos férteis. Essa foi uma verdadeira revolução que marcou um importante começo na história da relação homem-natureza.

É impossível separar o impacto humano na natureza sem mencionar o processo de evolução da economia. A evolução do problema ambiental está intimamente ligada à ação do homem e suas atividades. Sendo assim, faz-se necessária uma análise sobre o que de fato aconteceu ao longo dos últimos séculos, no mundo e, mais especificamente, num contexto local, no Brasil.

2.1 – A construção da crise ambiental mundial: a Revolução Industrial

Segundo Veiga, autor do livro “Desenvolvimento Sustentável” (2005), a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, a história da humanidade passou a ser determinada quase que inteiramente pelo fenômeno do crescimento econômico. O cotidiano transformou-se completamente e o padrão de vida das pessoas elevou-se de uma forma drástica. Apesar de as taxas de mortalidade no princípio da era industrial terem aumentado, no século seguinte, elas se reduziram significativamente, pois a expectativa de vida praticamente dobrou (VEIGA, 2005; 62).

Com a Revolução Industrial, o crescimento econômico foi evidente. Entretanto, Veiga considera um equívoco pensar que não havia nenhum tipo de crescimento econômico anterior ao século XVIII. Na verdade, ele afirma que o que existe é um contraste entre a lentidão das mudanças antes desse período com a progressão que se deu após a inserção das máquinas e da tecnologia na sociedade.

Veiga analisa o desenvolvimento das sociedades através da História. Segundo ele, desde o surgimento da agricultura (há dez mil) até o começo da Revolução Industrial, o crescimento econômico foi caracterizado como *extensivo* (população e produção em taxas próximas. Isso foi possível porque mudanças tecnológicas até permitiriam uma intensificação da produção, todavia provocariam uma redução dos rendimentos das culturas (através da sobrecarga nos recursos naturais, ocasionando um esgotamento).

Poucos exemplos de crescimento *intensivo* puderam ser notados antes da “Revolução Agrícola Européia”, no século XVI. Surtos expressivos de crescimento em civilizações como Mesopotâmia, Egito e China puderam ser observados. Isso foi possível porque essas sociedades utilizaram uma agricultura diferenciada, através das práticas de irrigação nas bacias aluviais de rios. Isso permitiu o aparecimento de cidades, da divisão de trabalhos, de pessoas com capacidades para ler e escrever, de uma classe culta e hierarquias governamentais entre outros fatores.

A evolução da agricultura, na Europa, se deu aos poucos, através de um processo de encurtamento do período de descanso do solo (que o autor define como pousio). Durante séculos, a agricultura aconteceu em ecossistemas florestais, onde os pousios duravam de vinte a trinta anos; dessa forma, era possível regenerar toda a cobertura vegetal. Veiga explica que o encurtamento do descanso através de técnicas de fertilização e recuperação do solo eram insuficientes, porque dessa maneira a produção não aumentava na mesma medida que o trabalho empregado.

No século XVI, ocorreu o que ficou conhecido como Revolução Agrícola Européia (VEIGA, 2005; 76). Na qual a população do continente europeu cresceu rapidamente, entre os séculos XVI e XVIII, aumentando a demanda por alimentos (principalmente cereais). Com isso, o pousio deixou de existir e o cultivo passou a ser anual e não mais baseado no tempo de descanso da terra. Além disso, passou-se a empregar a tração animal, com o surgimento de novas ferramentas e tecnologias. As cidades se desenvolviam com bastante rapidez, assim como indústrias de pequeno porte. Nelas, criava-se certa reserva de mão de obra. O poder se centralizou na forma de

Estados, não mais pertencendo aos senhores feudais ou à Igreja (HUBERMAN, 1987; 99). Nesse mesmo período, a Europa começou a colonizar a América, passando a acumular capital devido à extração de matérias primas de seus territórios ultramarinos. Esses fatores foram decisivos na gestação do capitalismo. O jornalista Eduardo Galeano afirma que “os metais arrebatados aos novos domínios coloniais estimularam o desenvolvimento europeu e pode-se até mesmo dizer que o tornaram possível” (GALEANO, 2005; 41).

A acumulação de capital foi essencial para a Revolução Industrial inglesa, no final do século XVIII. O historiador Eric Hobsbawm defende em seu livro “A Era das Revoluções” que, na Grã-Bretanha, “o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental”. Segundo ele, o desenvolvimento industrial e a economia expansiva da época em questão foram essenciais na criação dos mercados próprios. Hobsbawm afirma ainda que o carro-chefe do desenvolvimento industrial inglês vinha das fábricas de tecidos, produzidos com algodão. Em seguida, a criação das ferrovias foi o que mais incentivou a indústria.

Com o desenvolvimento das cidades, a necessidade de carvão (que era a principal fonte de energia) passou a ser cada vez maior, e com ela, também era preciso de um modo mais eficiente de transporte, capaz de escoar a produção com uma alta velocidade. Entretanto, esse não foi o maior benefício da malha ferroviária. Com ela surgiu a possibilidade de encurtar as distâncias entre países e reduzir custos de transporte de mercadorias.

Para Hobsbawm, a economia industrial trouxe um brusco declínio da população agrícola e um aumento da população urbana. A mão-de-obra excedente que chegava às cidades era atraída pelos novos postos de trabalhos, que ofereciam baixos salários. Os industriais ingleses queixavam-se da preguiça dos trabalhadores assalariados e, através de pagamentos mínimos, os forçavam a trabalhar muito para obter uma renda mínima, gerando uma classe proletária pobre e não detentora dos meios de produção (não eram donos da matéria-prima nem das ferramentas necessárias ao trabalho).

As cidades inglesas, especialmente Londres, eram, devido a todos esses fatores, as mais feias e poluídas do período. “A atmosfera envolta em neblina e saturada de fumaça, na qual as pálidas massas se movimentavam, perturbava o visitante estrangeiro” (HOBSBAWM, 1982; 69). As máquinas a vapor e o uso cada vez mais intensivo do carvão trouxeram ao mundo uma revolução que o transformara para sempre.

Aproximadamente na mesma época, em 1847, um cientista chamado George Pekins fez uma análise nos Estados Unidos e discursou para a *Agricultural Society of Rutland County* (Vermont, EUA), no qual mencionava o impacto das ações humanas na natureza, principalmente no ato do desmatamento e seus efeitos destrutivos sobre o solo. Naquele ano, ainda numa tímida fase de industrialização, já havia evidências de que o meio ambiente não respondia bem aos atos do homem (BURSZTYN E PERSEGONA, 2008; 54).

Com o fenômeno de urbanização, surgiram também outros problemas públicos. Em 1879, encontramos a primeira lei que diz respeito à poluição na Inglaterra. Tratava-se de uma lei antipoluição das águas. A utilização indiscriminada de rios e água corrente pela indústria e pelos moradores das cidades levou o recurso natural à escassez (BURSZTYN E PERSEGONA 2008; 65).

Entretanto essas medidas foram pequenas observações sobre possíveis impactos ambientais que não geraram discussões mais fundamentadas para o século XIX. A industrialização continuou avançando pelos países europeus e pelos Estados Unidos. O livre comércio se iniciou no meio do século quando as exportações de produtos industrializados tinha apenas começado. A expansão econômica movia-se a vapor. A produção de carvão quadruplicou-se na Inglaterra (HOBSBAWM 1982; 59). As máquinas utilizadas nas fábricas também eram exportadas e as estradas de ferro chegavam até em países não-industrializados. Mesmo as embarcações no período passaram a alimentar-se de carvão, reduzindo o tempo de viagem entre a América e a Europa. As colônias americanas tornaram-se países independentes que comercializavam com suas antigas metrópoles. O autor afirma que, a partir desse momento, a História passa a ser caracterizada como mundial.

2.2 – A construção da crise ambiental mundial: o século XX

Eric Hobsbawm analisou que no final do século XIX, depois do processo de Revolução Industrial, o mundo se tornou demograficamente maior e geograficamente menor e mais global. O fluxo de circulação de bens e pessoas aumentara drasticamente com o desenvolvimento da malha ferroviária e com os novos navios a vapor. Aliado a esse processo, as idéias também passaram a percorrer distâncias maiores em menos espaço de tempo. (HOBSBAWM, 1992; 31).

O desenvolvimento tecnológico aumentou drasticamente as diferenças econômicas e políticas entre os países ricos (industrializados) e os países pobres (exportadores de matérias primas). Dessa forma, alguns países pobres, ditos do terceiro mundo, puderam ser conquistados através da utilização de novos armamentos. Países asiáticos e africanos tornaram-se colônias européias devido ao aparato militar moderno, o que abriu espaço para o imperialismo europeu.

A Europa passou a ser o centro da economia e da sociedade burguesa. O acesso à cultura foi internacionalizado. As nações industrializadas passavam por um forte processo de urbanização. No começo do século XIX, de acordo com o historiador Eric Hobsbawm, havia apenas dezessete cidades no continente, somando pouco mais de cinco milhões de habitantes. No final, o número de cidades chegara a 103 com uma população seis vezes maior (HOBSBAWM, 1992; 40). Criou-se uma rede de cidades de grande ou médio porte, espalhadas ou em processo de conurbação, em função do desenvolvimento industrial, engolindo os campos agrícolas ao redor.

O começo do século XX firmou, na economia, o liberalismo econômico e o desenvolvimento industrial americano, que teve a sua população quase dobrada (de 50 milhões para 92 milhões) entre 1880 e 1910. Tornou-se, em 1913, a maior economia do mundo, e sua ascensão apenas foi desacelerada pela Grande Depressão, na década de 1930 (HOBSBAWN, 1994). Os países do Norte (industrializados ou em via de industrialização, na zona temperada do hemisfério norte) funcionaram como motores da economia global, assumindo o papel de produtores e mercados. Na primeira década do século XX, de acordo com o autor, eles formaram um grupo de produtividade crescente. Surge um verdadeiro mercado consumidor, caracterizada como a *massa*, temida pelos filósofos e saudada pelos vendedores (HOBSBAWM, 1992; 72). Com todo esse mercado em potencial que se desenvolvia, a indústria publicitária aparece pela primeira vez (Ibidem). Surgiram as vendas a prazo, permitindo que pessoas com renda insuficiente pudessem comprar também, incentivando todos os tipos de consumidores urbanizados.

Nesse período, ocorreu uma importante revolução tecnológica. Foram feitas invenções como o telefone, o telégrafo sem fio, o cinema, a bicicleta, o automóvel e até mesmo o avião. Na vida moderna, o contato com a ciência e a tecnologia começou a aumentar, através do uso de bens de consumo (como o aspirador de pó, o fogão a gás). (HOBSBAWM, 1992; 80) O mercado de massa antes era mais restrito a alimentos e vestuário. Nesse momento, as empresas desses tipos de bens passaram a produzir para

as classes assalariadas. O setor terciário da economia, tanto público quanto privado, desenvolveu-se (empresários, secretárias, lojistas etc.).

Hobsbawn analisa que a história da economia, depois da Revolução Industrial, passou a contar com um acelerado processo tecnológico, mas irregular crescimento econômico. Notou-se uma clara divisão internacional do trabalho. Todos os países começaram a se conectar num sistema global de comércio.

Para Enrique Leff, a principal consequência do crescimento econômico do começo do século XX é :

O caráter determinante da transformação tecnológica dos recursos naturais em relação a seus processos e formação e regeneração, que repercutiu no esgotamento progressivo dos recursos abióticos e na degradação do potencial produtivo dos ecossistemas criadores de recursos bióticos (LEFF, 2000; 47).

Segundo ele, um processo capitalista de produção (baseado no lucro em curto prazo e na propriedade privada) levou as empresas a reverter o custo das produções para a sociedade. Dessa forma, contaminou-se o meio ambiente e deteriorou-se as bases sustentáveis de todo o processo econômico.

O mundo passou por dois períodos de guerras mundiais e um de crise do capital na primeira metade do século XX. Além da devastação ambiental (ocasionada nas áreas específicas de conflito) e econômica de vários países, as orientações políticas do cenário internacional mudaram. O mundo bipolar, o surgimento da supremacia norte americana, o fim do imperialismo e o *American Way Of Life* (amplamente expressado na mídia para mostrar as diferenças de qualidade de vida entre países capitalistas e socialistas) são elementos que vieram de encontro com os problemas de cunho ambiental. A ameaça de uma guerra nuclear dividiu o mundo. A economia permaneceu baseada na exploração dos combustíveis fósseis.

O período da Guerra Fria foi também o de um vasto armamento mundial. Os países desenvolviam programas nucleares e a ameaça de um colapso parecia bem próxima. Trata-se de um período de instabilidade política, de competição econômica e social. Nesse contexto, na década de 60, enquanto o a crise política estava perto do extremo a preocupação com o meio ambiente tornou-se perceptível.

Em 1968, criou-se o Clube de Roma, fundado pelo executivo Aurélio Peccei. Os integrantes do conselho já tinham a percepção de que a os homens e a natureza fazem parte de um mesmo sistema. O problema é que o sistema estava em processo de

degradação. Além do conselho, no mesmo ano, dois trabalhos sobre o meio ambiente são publicados, que alertaram sobre as questões ambientais, porém, associando-as ao crescimento populacional elevado (o aumento da população estava vivenciando o seu período mais intenso da história). São eles: *Tragedy of Commons*, de Garret Hardin (para a Revista Science, que dizia que o progresso científico e tecnológico levaria ao esgotamento dos recursos naturais, produzindo seu esgotamento) e “A Bomba Populacional”, de Paul e Anne Ehrlich (livro que anunciava que não haveria alimentos para toda a população mundial). (BURSTYN e PERSEGONA, 2005; 135).

Os países do terceiro mundo ou subdesenvolvidos davam prosseguimento aos seus processos de industrialização, baseados nos modelos iniciais seguidos pelos países desenvolvidos. Segundo Enrique Leff,

introduzir a dimensão ecológica nas propostas de desenvolvimento econômico apresenta perspectivas e alternativas diferentes nos países industrializados das regiões temperadas e nos países subdesenvolvidos das regiões tropicais [o que] ocasionou uma diminuição da qualidade do ambiental (destruição ecológica, contaminação do ar, de rios, lagos, e mares, ruídos nas cidades, produção de resíduos tóxicos e gases com efeito estufa), além do que gerou também um esgotamento progressivo das matérias-primas necessárias para continuar o processo expansivo do Capital. (LEFF, 2000, 49)

O avanço das telecomunicações conectou cada vez mais o mundo, estendendo a globalização iniciada com revolução industrial. Os países se interligavam cada vez mais. Em 1971, havia mais de 270 milhões de telefones em todo o mundo, principalmente na Europa e América do Norte (HOBSBAWM, 1995; 259). Na verdade, o surto econômico era movido pela revolução tecnológica. Até mesmo a energia nuclear, antes utilizada para a Guerra, passou a ser empregada na geração de energia elétrica para os lares (em 1975, representava 5% dos casos).

Eric Hobsbawn define que a tecnologia transformou a vida cotidiana tanto no mundo rico quanto no mundo pobre. Houve nessa mesma época a Revolução Verde, que trouxe tecnologia de ponta às técnicas de cultivo do arroz e do trigo. A nova gama de produtos tecnológicos antes inconcebíveis se multiplicou (bens de consumo como fitas cassetes, LPs, geladeiras, comida congelada etc). Segundo o autor, nesse período, a tecnologia entrou na consciência do consumidor e o conceito de novidade se tornou o principal motivador do consumo. O novo não era apenas melhor, era revolucionário. A

durabilidade dos produtos diminuiu relativamente enquanto a necessidade de aumentar o lucro e as vendas tornou-se a prioridade suprema.

A pesquisa científica tornou-se a ser sinônimo de desenvolvimento econômico. O processo de inovação dos bens de consumo passou a ser cada vez mais contínuo, o que tornou os gastos na criação e aperfeiçoamento de produtos muito maiores e indispensáveis. As novas tecnologias eram de capital intensivo e exigiam pouca mão-de-obra. O setor dos serviços crescia, assim como a degradação ambiental. Derramamento de petróleo, desmatamento em ritmo acelerado, cada vez mais poluição nos centros urbanos tornaram-se comuns. Nesse contexto, surgiram as conferências pelo meio ambiente. O movimento ambientalista apareceu ainda na década de 60, mas na década de 70 ele começou a ganhar o campo globalizado.

Em 1971, o Clube de Roma publicou o relatório *Limits of Growth* (ou Os Limites ao Crescimento). Esse relatório alertou para o fato de que a humanidade deveria ter um limite de crescimento econômico se sustentada através do modelo predominante, baseado no consumo exacerbado e concentrado, visando o lucro e a novidade e sobrecarregando os recursos naturais do planeta (BURSZTYN e PERSEGONA, 2005; 145). Apesar das críticas, foi a primeira vez que a idéia de limite – aparece como um fator importante para o conceito de crescimento devido ao caráter finito dos recursos do planeta.

A Conferência de Estocolmo aconteceu em 1972 e chamou a atenção das nações para o fato de que a ação humana era o principal fator degradante da natureza. Houve um forte confronto entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. De um lado, os países desenvolvidos mostravam-se preocupados com a degradação do meio ambiente e propunham programas para tentar conservar a natureza e os recursos energéticos do mundo. Do outro lado, os países em desenvolvimento argumentavam que precisavam se desenvolver economicamente, questionando se o interesse dos países desenvolvidos não era, na verdade, conter o crescimento dos países pobres, através do encarecimento e do retardamento da sua industrialização.

Nessa conferência produziu-se um relatório conhecido como “Declaração sobre o Meio Ambiente Humano”, que tratava de princípios comportamentais e responsáveis concernentes aos problemas do meio ambiente. Nessa conferência, na verdade, iniciou-se a fase das negociações em nível internacional a respeito da responsabilidade ambiental dos papéis em desenvolvimento e desenvolvidos. Mas, se o desenvolvimento trazia a degradação ambiental, então seria preciso frear a economia? Isso não traria

prejuízos principalmente aos países que passavam por seus processos de industrialização e desenvolvimento?

A conferência da ONU criou o PNUMA (ou UNEP, na sigla em inglês para *United Nations Environmental Program*), um organismo responsável pela concretização dos objetivos da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, ampliado na Agenda 21 (um dos principais resultados da ECO 92 – trata-se de um documento que estabeleceu a importância de cada país em comprometer-se com os problemas sócio-ambientais).

Esse cenário criou um amplo campo de pensamento a respeito do desenvolvimento e de quem são as responsabilidades pelo estado avançado de devastação do meio ambiente. No começo da década de 80, uma nova idéia aparece com força total. Trata-se do Desenvolvimento Sustentável, que será tratado mais à frente.

2.3 – A crise ambiental no Brasil

Antes de continuar a tratar da questão do Desenvolvimento Sustentável, é preciso fazer um paralelo sobre o que aconteceu em âmbito nacional. Para entender o contexto do Brasil no mundo, é importante localizá-lo como um dos países em desenvolvimento preocupado com o seu crescimento econômico e seu processo de industrialização.

O Brasil foi uma colônia de Portugal durante pouco mais de três séculos. Entre 1500 e o século XIX, o território serviu basicamente como um provedor de matérias primas e recursos para o pequeno império ultramarino. A história da depredação do meio ambiente no Brasil está intimamente ligada ao seu modo de exploração, desde o seu descobrimento.

O cientista mexicano Enrique Leff afirma que os colonizadores conseguiam lucros consideráveis para as suas metrópoles por meio do comércio da matéria-prima extraída das colônias. Isso só foi possível graças à abundância dos recursos naturais. As técnicas de cultivo orientadas pela lógica européia. Eliminaram-se as práticas agrícolas locais (que eram fundamentadas em uma diversidade de culturas, perfeitamente adaptadas à estrutura ecológica tropical). Implementou-se uma monocultura que funcionava de acordo com a demanda do mercado externo.

Portugal seguiu a tendência mundial e explorou no seu território o cultivo da cana-de-açúcar. Uma vez que a monocultura foi implantada em uma área amplamente fértil, iniciou-se o processo de desmatamento, erosão e desertificação do solo. As práticas agrícolas adotadas não continham qualquer conhecimento sobre o solo. Não houve uma observação de técnicas adotadas pelas populações nativas (da maneira indígena) de cuidar da terra, e ela perdeu a sua produtividade.

O Brasil foi até meados do século XVII o maior produtor de açúcar do mundo. Contudo, como afirma o jornalista Eduardo Galeano em seu livro *As Veias Abertas da América Latina* (2005), devido à uma forte crise no setor (o açúcar antilhano era mais barato, era necessária uma mão-de-obra extensa, e com a aparição de ouro no sul), esse título caiu e levou a região a ser uma das mais pobres do país.

Galeano diz que o cultivo de açúcar arrasou o Nordeste. Antes uma região úmida, rica em sais minerais e coberta de matas tropicais, a área tornou-se uma savana. Os incêndios, que abriram caminho para os campos de cana, e a produção extensiva foram os responsáveis pelo esgotamento prematuro dos solos (GALEANO, 1976; 87).

Esta zona possuía nas suas origens os solos tropicais mais férteis. Seu clima favorecia a agricultura, o que explicava a presença, no passado, de abundantes florestas onde cresciam inúmeras árvores frutíferas. Hoje, implantou-se a cana-de-açúcar. O resultado é que essa região é uma das quais onde a fome faz mais estragos no continente latino-americano. A ausência de hortas e gado criou um problema de alimentação muito grande, numa região em que a agricultura diversificada poderia produzir uma variedade infinita de produtos agrícolas (CASTRO apud LEFF, 2000; 25).

Com o avanço dos bandeirantes território a dentro, dois séculos após o descobrimento, os metais preciosos finalmente foram encontrados no Brasil. Galeano identifica que, ao contrário de outros países da América Latina, onde os metais se encontravam nas rochas e montanhas, o ouro no Brasil, mais precisamente na região de Minas Gerais, estava depositado nos rios, vales e nas depressões montanhosas. Esse fato deve-se ao processo de erosão milenar das rochas provocado por chuvas, que levou o ouro em pepitas para regiões mais baixas.

A devastação das florestas, o desenvolvimento de cidades e a exploração do solo, novamente, levaram o local ao caos ecológico e social. O eixo econômico rapidamente se deslocou para a região. De acordo com Galeano, os mineiros, ávidos por

uma riqueza rápida, desprezavam o cultivo da terra, ao ponto de, no ápice da prosperidade, haver epidemias de fome.

Com o declínio da mineração, devido à escassez das pedras preciosas, a agricultura novamente tem algum vigor. Dessa vez, além do açúcar, começou-se a produzir algodão na área litorânea. A jornalista Miriam Santini de Abreu analisa que a instalação das novas culturas agrícolas era implantada após queimadas, que empobreciam a terra. As áreas que mais sofriam com a erosão eram descartadas para o plantio, o que não refreava os impulsos colonizadores por novas terras que não exigissem esforço para o manejo. O centro do território foi se desenvolvendo em um ritmo mais lento, a partir da metade do século XVIII, com a pecuária.

Baseada nos estudos de Caio Prado Jr, Abreu diz que, após a chegada da família real à colônia em 1808, e com a abertura dos portos, uma revolução na distribuição de atividades econômicas coloniais foi possível (ABREU 2006; 37). As regiões agrícolas foram deslocadas do nordeste para o centro-sul. Além disso, as lavouras tradicionais como açúcar, tabaco e algodão, declinaram e deram lugar ao café, plantado no Vale do Rio Paraíba, e mais tarde também no oeste paulista, devido ao clima propício para esse tipo de cultivo.

Na verdade, uma série de produtos agrícolas foi adicionada na lista de exportações do Brasil, como a borracha, o cacau e o fumo. O país, já uma república, tornou-se um dos maiores exportadores de matérias primas tropicais do mundo. Entretanto, todas essas culturas passaram por momentos de expansão, e logo após, declínio, “deixando para trás os impactos sociais e ambientais, marcados desde o início da colonização” (ABREU 2006; 38).

Com a crise mundial econômica de 1929, as exportações dos produtos brasileiros caíram consideravelmente. Na década de 30, através do plano de “substituição de importações”¹ e com estímulos do governo, a industrialização começou a tomar forma no país. Segundo Abreu, apenas na década de 50 é que o modelo industrial brasileiro tornou-se parecido com o que temos hoje. O poder centralizou-se em nível federal, e a agricultura e pecuária avançaram rumo ao Centro-Oeste, desmatando diversas áreas de floresta tropical e cerrado. Criou-se uma malha rodoviária que conecta o país, marcando o investimento na indústria automobilística. São Paulo se firma como o pólo fabril do Brasil. Em um cenário de pós-guerra, incentivou-se a

¹ Processo econômico que leva um país a aumentar a sua produção interna e reduzir as suas importações

entrada de capital estrangeiro, marcando a entrada definitiva do país na era do consumo. Era o estreitamento das relações globalizadas. Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek são considerados os presidentes responsáveis por essa modernização.

O Estatuto da Terra, de 1964, acabou por incentivar o que se chama de empresa rural, que favorece os latifúndios e faz com que pequenos proprietários e trabalhadores deixem o campo e rumem para as cidades. Na década de 70, grandes mudanças atingem os campos, com a expansão da fronteira agrícola e a modernização da agricultura. O consumo aumenta, assim como a população e a necessidade da criação de novas cidades.

Nessa mesma época, de acordo com Miriam de Abreu, as discussões sobre os impactos ambientais começam a tomar forma. Com a implementação do Plano de Metas (1974) para o desenvolvimento do país, percebeu-se as conseqüências das atividades industriais. A cobertura vegetal foi sendo completamente alterada através de práticas agrícolas e industriais novas. Em alguns casos, como no nordeste, mesmo o regime hídrico foi alterado em função do desmatamento.

Em 1975, surge a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA). Miriam Abreu explica que esse novo órgão acabou por trabalhar entre dois pólos: a racionalidade (através de formas “racionais” do uso dos recursos) e a “intocabilidade” (a preservação da natureza em estado puro). Foi a primeira instituição criada para se ocupar de problemas relacionados à ecologia. Finalmente, na constituição de 1988, publicam-se as bases constitucionais que permitem ao governo instituir unidades de conservação.

Na região do norte do Mato Grosso e em Rondônia observaram-se os processos mais intensos de degradação a partir dos anos 80. Grupos nacionais e estrangeiros, a partir de incentivos fiscais, desmataram a maior parte das florestas locais para instalar na região amplos projetos de cunho agropecuário. A jornalista afirma que, atraídos pelas ofertas de trabalho, centenas de pessoas migram para a área em busca de emprego, e tentam reproduzir modelos de ocupação baseados nos das suas regiões de origem.

Abreu lembra que os debates sobre ecologia e, em especial, devastação da Amazônia, de fato começaram nesse mesmo período. Todavia o discurso de proteção do meio ambiente entrava em conflito com o desejo de expansão dos grupos empresariais, com interesses na região. As “forças do poder, em que se pesem as proclamadas “intenções” de desenvolvimento sem esbanjamento de recursos e preservação de qualidade ambiental, têm sido amplamente desmentidas pela realidade das ações

desenvolvimentistas e os interesses econômicos de grupos” (MONTEIRO apud ABREU 2006; 47).

Com a realização da ECO-92, no Rio de Janeiro, a atenção da mídia brasileira finalmente caiu nas graças do desenvolvimento sustentável. A partir desse momento, a cobertura jornalística passou a ser mais presencial para a questão ambiental e os seus impactos sobre a sociedade. Antes, os profissionais da mídia pouco entendiam sobre o processo de degradação ambiental no planeta. A partir desse evento, as atenções da mídia e, acima de tudo, da população, podem finalmente se voltar para o maior desafio econômico do século XXI: a sustentabilidade.

2.4 – A crise urbana: megacidades no século XXI

De todos os processos ocorridos desde o século XIX, o mais notável foi a taxa de urbanização elevada. Por isso, escolheu-se trabalhar com o tema cidades. O programa jornalístico analisado por esse projeto apresenta soluções para questões urbanas de forma sustentável. Então, antes de entrar na discussão sobre o desenvolvimento sustentável e sua aplicação, abordar-se-á qual é a crise urbana vivida no século XXI.

Pela definição da ONU, as megalópoles têm mais de 10 milhões de habitantes em seus limites geográficos formais. Seu desenvolvimento veloz cria manchas urbanas que podem englobar dezenas de municípios². O número de cidades nessas especificidades aumentou radicalmente desde a década de 50 até os dias atuais. O crescimento urbano foi desigual e a nova dinâmica urbana descola inclusive os eixos econômicos dentro das cidades, através dos subúrbios e das favelas.

Uma pesquisa patrocinada pela empresa Siemens, divulgada em 2007, aponta para as tendências e desafios que as megacidades enfrentam na era da urbanização, onde mais da metade da população global vive nas regiões urbanas. O nome do relatório-produto desse estudo foi denominado como: “Desafio das Megacidades: uma perspectiva dos stakeholders.”

Para o Instituto Ethos, o termo *stakeholders*, em inglês, é “amplamente utilizado para designar as partes interessadas, ou seja, qualquer indivíduo ou grupo que possa

² Informação encontrada no Jornal O Estadão, do dia 3 de agosto de 2008, disponível em <http://www.estadao.com.br/megacidades/seculo.shtm>

afetar o negócio, por meio de suas opiniões ou ações, ou ser por ele afetado”³. Entre eles: público interno, fornecedores, consumidores, comunidade, governo, acionistas, formadores de opiniões e especialistas. Segundo o instituto, “há uma tendência cada vez maior em se considerar *stakeholder* quem se julgue como tal, e em cada situação a empresa deve procurar fazer um mapeamento dos *stakeholders* envolvidos” (Idem).

O relatório foi realizado pelos institutos de pesquisa GlobeScan (de Toronto, Canadá) e MRC MC Lean Hazel (Edimburgo, Escócia). Foram entrevistadas stakeholders das 25 megacidades, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. São elas: Tóquio⁴ (35 milhões de habitantes), Nova Iorque (21 milhões), Seul (20 milhões), Cidade do México e São Paulo (18 milhões, aproximadamente), Mumbai (17 milhões), Los Angeles (16 milhões), Deli (14 milhões), Manila-Quezon (14 milhões), Calcutá (13,8 milhões), Buenos Aires e Xangai (aproximadamente 13 milhões), Jacarta (12 milhões), Daca, Rio de Janeiro, Karachi, área Ruhr (11 milhões, aproximadamente), Cairo, Beijing, Lagos e Moscou (10 milhões aproximadamente), Paris, Istambul e Chicago (9 milhões aproximadamente) e Londres (8 milhões).

A pesquisa detalhada foi realizada em todas essas cidades com mais de 500 *stakeholders*, como autoridades eleitas, funcionários de setores públicos e privados, e formadores de opinião (acadêmicos, ONGs e jornalistas). Com o objetivo de alcançar as principais tendências e desafios para o século XXI nessas cidades, o trabalho realizou uma série de descobertas sobre o comportamento dessas megalópoles. Simbolizando a inovação, essas cidades funcionam como um ímã para o comércio global, a cultura e a indústria, em escalas gigantescas. Sozinhas, elas representam o lar de um décimo da população mundial, o que é espantoso.

O relatório concluiu que todas elas atravessam problemas de cunho ambiental e desafios sociais complexos. Levantaram-se oito pontos em comum entre as megacidades, ou seja, oito características principais. A primeira é que elas dão prioridade à competitividade econômica e à geração de emprego. Existe foco na criação de novos postos de trabalho e, com isso, o desenvolvimento está sempre em primeiro lugar nas preocupações dos seus governantes. A competitividade participa desse quadro na criação de políticas que estimulem os investimentos nas suas cidades.

³ Informação encontrada no site do Instituto Ethos, disponível em http://www.ethos.org.br/CI/apresentacoes/apresetacoes_10-06/BeatGruninger-GestaoDeDialogos.pdf

⁴ Dados referentes ao ano de 2003

A segunda característica levantada foi que o meio ambiente é importante, mas pode ser sacrificado em benefício do crescimento. A mentalidade dos *stakeholders* ainda está mais voltada para um crescimento econômico mesmo que não seja atrelado ao bem-estar ambiental da cidade. Embora eles considerem que se trata de um assunto importantíssimo a discutir (para eles, a poluição do ar é o ponto principal a se melhorar nas cidades), 55% das megacidades em desenvolvimento admitem que podem sacrificar questões ambientais em prol do crescimento econômico, contra apenas 14% das cidades em países desenvolvidos.

A terceira preocupação que predomina nas megacidades é o sistema de transportes. É válido ressaltar que os administradores estão cientes dos impactos ambientais que os transportes causam nas cidades, e se interessam por tecnologias mais ecológicas. Além disso, o setor de transportes é o que mais prejudica o andamento econômico de uma cidade com 10 milhões de habitantes, através de atrasos, prejuízos com combustível, dentre outros fatores.

Outra tendência das megacidades citada no relatório é o desejo de todas elas de possuir uma boa governança, capaz de gerir as finanças da melhor maneira possível. Nesse caso, o comum acordo entre a maior parte dos *stakeholders* é de que o planejamento é mais importante do que o financiamento em si. Dessa forma, os setores de infra-estrutura e serviços contribuem de uma maneira mais fluida para o desenvolvimento econômico. As tendências analisadas sugerem que as governanças das cidades passem “da administração passiva dos serviços existentes para um estilo mais ativo de gerir sistemas que focam na melhoria da eficiência e em resultados mensuráveis” (2007, relatório, 7).

A quinta característica das megacidades no século XXI é que os *stakeholders* consideram que as soluções holísticas são, apesar de desejadas, difíceis de alcançar. Para os gestores das megalópoles, as barreiras à gestão estratégica são a má coordenação entre os níveis dos governos municipais e a ausência de uma liderança forte. Segundo a pesquisa, na maior parte das megacidades, há um grande número de órgãos administrativos com responsabilidades pouco claras e sobrepostas, enfraquecendo a eficiência do governo. Dessa forma, fica difícil esclarecer de quem é a responsabilidade por determinados fatores, pois as funções mal definidas complicam a honestidade e a prestação de contas à população.

O sexto ponto levantado em comum entre as grandes cidades é os governos pretendem melhorar os serviços, mas sua capacidade de suprir às demandas ainda deixa

a desejar. Os *stakeholders* admitem que as cidades priorizam soluções imediatas à questões relativas à oferta. Para os especialistas, o gerenciamento das demandas não é a solução, mesmo em caso de infra-estrutura deficiente. É preferencial aumentar a capacidade do que já funciona na cidade do que aumentar a quantidade de órgãos devido à demanda. Por exemplo, é preferível aumentar a capacidade de um hospital a construir outros na mesma região.

A sétima característica das megacidades é que elas confiam na tecnologia como forma de transparência e eficiência. Através dela, os governos tendem a tornarem-se mais responsáveis nas prestações de conta para o cidadão. A maioria dos entrevistados pelos institutos da pesquisa afirma que a gestão urbana se tornará cada vez mais digitalizada. Em decorrência desse fator, as cidades que possuem orçamentos estreitos podem reduzir o seu número de órgãos e funcionários e diminuir a burocracia e as fronteiras entre o governo e os moradores.

A última característica analisada pelo relatório é de que o setor privado é o maior aliado no aumento da eficiência. Os governos funcionam cada vez mais como um controlador dos serviços, através das parcerias entre iniciativas públicas e privadas. As megacidades encaram essas parcerias como uma solução viável para questões de infraestrutura e transparência. Os *stakeholders* entrevistados analisam que a eficiência é a principal vantagem na participação maior do capital privado. Assim, o papel do governo passa a ser de uma forte liderança e controle público.

A pesquisa conclui que as megacidades do século XXI precisam alcançar um equilíbrio entre sua competitividade, qualidade de vida da população e meio ambiente preservado. Esses três fatores se interligam através de uma boa governança. Um quinto do PIB mundial hoje é produzido nesses fenômenos sociais. Com isso, fica óbvio que a capacidade dessas cidades em competições de níveis globais é de importância extrema. Para que isso seja possível, é preciso haver um bom sistema de infra-estrutura como transportes (tanto rodoviário quanto portuário e aeroviário, permitindo o escoamento de mercadorias), mão-de-obra qualificada (daí a importância da educação), tecnologia moderna e qualidade dos serviços básicos como saúde, eletricidade e água.

Entretanto, a qualidade de vida nas grandes cidades é desigual. Há uma forte concentração de renda e oportunidades econômicas. Com isso, zonas pobres ou favelas se proliferam, aumentando o risco de doenças e diminuindo as oportunidades de investimento. Com o aumento contínuo da desigualdade socioeconômica, formam-se nas megacidades bolsões de desemprego. Um terço das regiões metropolitanas tem

taxas nacionais de desemprego acima da média (relatório Megacidades, 2007; 16). Com isso, os custos elevam-se com o aumento das taxas de criminalidade, gerando zonas de instabilidade e dificultando o desenvolvimento.

O meio ambiente sofre grande impacto nas megacidades. Poluição do ar e da água, degradação das florestas e resíduos de esgoto são fatores de degradação ecológica de grande porte nas megalópoles. O relatório afirma que as cidades tendem a enriquecer e depois se limpar. Entretanto, essa seqüência pode ser desastrosa no mundo atual. No contexto dessas zonas de urbanização nascem as discussões sobre a maneira sustentável de gerir os recursos naturais e garantir, da mesma forma, o desenvolvimento. É o que tentaremos analisar no capítulo que segue.

3. Construindo a solução

Desde o final da década de 80, quando surgiu o termo “desenvolvimento sustentável”, o conceito ganhou importância em todo o planeta. Uma boa parte de grandes empresas hoje contrata profissionais para avaliar riscos de impacto ao meio ambiente. A causa ecológica movimentou até mesmo causas políticas. No Brasil, podemos citar o exemplo do Partido Verde, criado em 1986, como sendo um partido criado para trabalhar principalmente com a defesa da ecologia.

Mas, na verdade, o que significa o desenvolvimento sustentável? Como surgiu e de onde vieram as idéias que trouxeram para o mundo uma nova visão de produção? Por que, afinal, esse termo causa discussões? Quais são essas discussões? Quais são as críticas contra e os argumentos a favor de uma nova forma de desenvolvimento econômico, voltada para a sustentabilidade da produção?

As discussões a respeito dessa nova forma de desenvolvimento ainda não alcançaram algum tipo de consenso. O meio acadêmico e as empresas e governos continuam encontrando atritos quando o assunto é a sustentabilidade. Para entender o que todas essas questões implicam, é preciso encontrar o lugar comum entre os discursos: o surgimento desse novo conceito.

3.1 – Desenvolvimento Sustentável: o surgimento de uma forma alternativa de desenvolvimento

O termo ‘desenvolvimento sustentável’ foi utilizado pela primeira vez em 1987 no Relatório Brundtland. O documento é conhecido pelo nome *Our Common Future*, ou Nosso Futuro Comum. A elaboração do relatório em questão foi feita pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Coube à primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland a presidência da comissão, motivo pelo qual o relatório recebeu o seu nome.

Segundo Persegona e Bursztyn (2008), a expressão “Desenvolvimento Sustentável” foi uma atualização do conceito ‘ecodesenvolvimento’, proposto no começo da década de 70 pelo canadense Maurice Strong, baseado nos princípios de Ignacy Sachs. A terminologia foi, de acordo com Pedro Roberto Jacobi em seu artigo “Meio Ambiente e Sustentabilidade” (1999), a primeira concepção alternativa de uma

política de desenvolvimento, baseada em cinco critérios de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural.

O desenvolvimento, para Strong (*apud* PERSEGONA & BURSZTYN, 2008: 159) se apóia em seis premissas: a satisfação das necessidades básicas, solidariedade com gerações futuras, participação da população envolvida, preservação dos recursos naturais, sistema social que garanta o acesso ao emprego, segurança e programas de educação. A teoria partia de uma crítica à sociedade industrial.

O livro publicado em 1988 por Ignacy Sachs “Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir” (*ibidem*, 182) sugere que o desenvolvimento humano não é inversamente proporcional à degradação do meio ambiente e que os modelos de desenvolvimento dos países devem ser repensados. A idéia que Sachs defendia era de que o ecodesenvolvimento promovia ações que poderiam tornar compatíveis a qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais no seu meio, sempre questionando as formas de desenvolvimento no Norte e no Sul, que são geradoras de pobreza e poluição.

Para Jacobi, uma das vantagens do ecodesenvolvimento foi a forma de apontar para os aspectos ecológicos tanto na teoria quanto na possibilidade de enfatizar “a necessidade de inverter a tendência autodestrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza” (JACOBI, 1999; 3). Pouco depois, a Estratégia da Conservação Mundial, formada pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), avaliou que o desenvolvimento deve vir integrado aos objetivos ambientais, compactuando com o mesmo discurso já estabelecido por Sachs.

As discussões a respeito do ecodesenvolvimento abriram caminho para o surgimento do Desenvolvimento Sustentável. A partir dos anos 80 e nas duas décadas que se passaram, desenvolveu-se uma vasta produção intelectual e científica a respeito de maneiras alternativas de integração entre sociedade econômica e meio ambiente. As crises que sucederam as discussões só inflamaram mais o discurso ambiental. Vale ressaltar que o cenário econômico dos anos 80 foi marcado por uma crise de estagnação econômica e de alarmes a respeito de fenômenos relacionados ao aquecimento global e ao buraco da camada de ozônio.

Todo esse contexto social pode permitir a abertura para a discussão sobre como articular em conjunto o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. Em 1983, a ONU encomendou um relatório que envolveu pesquisas em campos teóricos consultas a especialistas e pesquisa de campo.

O termo “Desenvolvimento Sustentável” foi, então, definido no Relatório Brundtland, pronto em 1987, como o ‘desenvolvimento que vai de acordo com as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de desenvolver suas próprias necessidades’⁵. **De acordo com a comissão, essa nova expressão se divide em dois tópicos: o conceito de ‘necessidades’ essenciais para a população pobre mundial, para quem as prioridades do desenvolvimento deveriam dedicar-se; e as limitações do estágio atual de tecnologia e organização social que impedem que o meio ambiente vá de acordo com as necessidades presentes e futuras.**

Ainda no relatório, afirma-se que a satisfação das necessidades humanas hoje nos países em desenvolvimento, como comida, roupas, abrigo e empregos, não vem sendo suprida. Enquanto essas necessidades básicas não forem atendidas, o mundo estará sempre propenso a crises econômicas e ecológicas.

Outra idéia contida no relatório a respeito do Desenvolvimento Sustentável é de que ele não parte do princípio de um estado de harmonia, pelo contrário. Trata-se de um processo de mudança onde a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação de um desenvolvimento tecnológico e a transformação institucional se consistiria no futuro como necessidades atuais. A comissão não pretende afirmar que o processo seria fácil e que decisões dolorosas precisariam ser

⁵ “*Development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs*” , ***Our Common Future, Chapter 2: Towards Sustainable Development, 1987***, link disponível em <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

tomadas. Mas, afinal, o novo conceito deveria ser aplicado no campo político⁶.

O professor Jacobi (1999) reafirma que o relatório, muito discutido, valida uma postura ética nova em relação à preservação do meio ambiente. Ao desafio lançado, soma-se a responsabilidade para com as futuras gerações e as suas possibilidades de aproveitarem dos recursos naturais para suprirem sua necessidade. O relatório também apresentou uma lista de ações e medidas que os Estados deveriam tomar em relação ao desenvolvimento sustentável, caracterizando num patamar internacional a crise ecológica e a responsabilidade sobre ela.

O principal fator que diferencia o ecodesenvolvimento do desenvolvimento sustentável é que o segundo apresenta-se em uma esfera globalizada. O ato de repensar a sociedade no contexto da natureza sugere, segundo Jacobi, a passagem do campo teórico para a ação. O conceito do “Desenvolvimento Sustentável”, por muitas vezes, foi evocado como uma forma de integração, justamente devido ao caráter internacionalizado que sugere, através do relatório.

3.2 – Críticas ao discurso sustentável

A nova forma de desenvolvimento econômico não necessariamente agrada a todos. Na verdade, existe uma linha teórica que contraria o desenvolvimento sustentável no sentido de que a melhor forma de acabar com a deterioração do meio ambiente seria construir um novo modelo econômico. O capitalismo e seu modo de produção (além dos valores da sociedade baseadas no consumo e no lucro) não conseguem coexistir com a natureza. Para Zizek (1996:7), ninguém mais considera alternativas ao atual

⁶ “*Thus, in the final analysis, sustainable development must rest on political will*”, *Our Common Future, chapter I: A threatened future*, 1987, **link disponível em** <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

sistema econômico predominante. A imaginação popular é assolada por um provável fim do mundo, desastres ecológicos. Todavia, uma mudança modesta no modo de produção poderia ser suficiente e mais fácil do que todo um futuro de destruição e miséria.

Segundo a jornalista Carla Marques:

o discurso dos grupos dominantes (...) são hoje os grandes responsáveis por circunscrever o problema, redefinir os significados de ecologia e sustentabilidade, propor adaptações ao modelo capitalista, ensinar ‘valores éticos’ os cidadãos/consumidores. A lógica do desenvolvimento sustentável é guiada pelo “cada indivíduo pode fazer a sua parte”, através de uma adoção de certas medidas como consumo consciente, coleta seletiva e reciclagem, refreamento de ímpetos consumistas (BARRETO *apud* MARQUES, 2009).

Marques retoma as idéias de Karl Marx de uma alienação bilateral do homem, em relação ao trabalho e em relação à natureza. Seu pensamento não trata a natureza de forma primitiva e isolada. A natureza se incorpora à sociedade humana através de uma relação recíproca, conhecida como *metabolismo*. Marx é alvo de crítica das ‘Teorias Verdes’, acusado de antiecológico e especista, segundo a autora.

Para Jonh B. Foster, autor do livro “A ecologia de Marx”, é preciso encontrar uma maneira de unir a Teoria Verde e a Teoria Social de Marx. Segundo ele, a ausência de aceitação de autores clássicos pelos “verdes” leva a discussão ambiental a um círculo eterno, que forma um “construcionismo cauteloso”, reconhecido em um ambiente corporativo como responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Foster critica assim, a falta de conteúdo e orientação teórica nas propostas “verdes”.

É importante perceber que a teoria marxista do século XIX alerta para a transição do feudalismo para o capitalismo, ou seja, a mudança da relação do homem com a natureza, o surgimento das propriedades privadas e a desapropriação dos meios de produção, mostrando assim que a Teoria Social esteve desde sempre ligada a mudança de um sistema econômico-social ao outro (FOSTER 2005; 35). O discurso verde, sem teoria, então, peca ao não apresentar um fundo histórico ao atual processo de degradação ambiental.

Se os seres humanos são os responsáveis por uma relação metabólica⁷ com a natureza, então a alienação do homem em relação a ela é também uma alienação social, porque dessa forma ela atinge também as inteirações dos homens entre si (Marques 2009; 9). Segundo Marx, a propriedade privada da terra traz à tona a dominação do regime capitalista: camponeses são expulsos e migram para as cidades em busca de trabalho, uma vez que eles não são mais os donos dos meios de produção. São assim obrigados a viver em condições miseráveis (*apud* Foster 2005, 115).

A separação cidade-campo cria um conflito de interesses e a aglomeração nos centros urbanos interfere na relação metabólica que existia entre homem e natureza. Essa aglomeração acaba por ocasionar a *falha metabólica*, que é uma crise nas condições naturais do planeta (MARQUES 2009; 11). A simples troca entre o homem e a terra é alterada, pois não são devolvidos ao solo elementos que foram antes consumidos como alimento, tornando-o infértil, esgotado.

Fora do campo teórico, o campo político também sofreu influência das causas ambientais e da idéia de um novo desenvolvimento, de forma sustentável. Dias levanta alguns pontos em comum entre a politização das causas ecológicas: os “verdes” referem-se a si mesmo com independência, não se posicionando nem como esquerda e nem como direita, e pregando também uma neutralidade no âmbito das classes em relação aos problemas relacionados ao meio ambiente; também se posicionam como entidades de valor e não de poder, além de culparem um homem genérico pelos desastres ecológicos (DIAS, 2002).

Marques defende que a aparente neutralidade política, na verdade, não passa de uma forma de ocultar possibilidades ideológicas de defesa da natureza (MARQUES, 2009, 12). As inúmeras formas de alianças ou aproximações políticas tornam, dessa forma, o discurso dos partidos “verdes” em antagonismos.

A idéia do “faça a sua parte” propõe um questionamento profundo dos valores mais importantes da sociedade atual. Nessa ótica, seria preciso rever os hábitos pessoais dos homens em sociedade, assim como mudar comportamentos sociais e conceitos enraizados há mais de um século (DIAS, 2002).

Essa nova orientação ideológica da política, agora “verde”, se afastou da esquerda tradicional. Entretanto, os manifestos são vagos e apresentam falhas teóricas e

⁷ Marques se baseia na idéia de Marx sobre a inteiração homem-natureza de forma metabólica: o homem tem uma relação material de aproveitamento da natureza como sua condição de sobrevivência, retirando o que é essencial e devolvendo em seguida o que já não lhe serve mais. (FOSTER *Apud* MARQUES, 2009)

práticas. Para Célia Dias, é possível que, no discurso dos partidos de cunho ambiental, a existência de classes possa ser reconhecida em situações específicas (um exemplo seria a responsabilidade por crimes contra o meio ambiente ou desastres ecológicos). O manifesto do Partido Verde brasileiro, ao mesmo tempo em que se lança nas lutas sociais (“a luta mais ampla contra a opressão, a desigualdade, a fome, a miséria, a prepotência das elites, a corrupção, o atraso cultural”, (MANIFESTO DO PARTIDO VERDE, 1986), não distingue quem são os responsáveis por esses problemas, culpabilizando novamente um conceito genérico de homem (“... a proposta verde não procura dividir o mundo entre explorados e exploradores, porque estamos todos no mesmo barco”, *Idem*).

Essas posturas acabam fazendo com que os partidos de cunho ambiental sejam criticados por outros partidos de cunho de direita ou esquerda, por não terem um posicionamento bem definido e serem acusados de românticos idealistas. Mas, dependendo do cenário político em questão, os partidos “verdes” podem se associar nos dois campos políticos, sendo aliados tanto da esquerda quanto da direita. (DIAS *apud* MARQUES 2009; 14).

Os partidos “verdes” se posicionam como partidos de valores. Ora, se possuem um discurso de busca de soluções fora da política, através da sociedade e dos movimentos independentes, por que traçam estratégias e participam de eleições dispostos a vencê-las? A verdade é que trata-se de mais uma contradição da sua ideologia. Os partidos de cunho ambiental ocupam um espaço formal e funcionam como qualquer outro, com cargos, empregos, salário e administrações (MARQUES, 2009; 14).

Um dos valores propostos pela política de cunho ecológico seria a ética ambiental. Segundo Marques, baseada no autor Barreto, para esses partidos, é possível solucionar a maior parte da problemática de desastres ecológicos através da mudança de hábitos orientada por essa nova ética. Trata-se de uma aceitação de que todo e qualquer indivíduo pode, em livre e sã consciência, mudar todos os seus valores relacionados ao consumo; de que as empresas podem mudar seu sistema de produção e distribuição, através do desenvolvimento sustentável e da redução de seu lucro. A sociedade se ajustaria naturalmente a uma nova ordem mundial. (BARRETO *apud* MARQUES 2009). Mais uma vez, observa-se a falta de teoria e de embasamento histórico, desconectando a Teoria Verde da Teoria Social.

Teorias dissociadas, entende-se que a natureza do capital é de estar em constante crescimento. A economia é baseada no lucro e na crescente demanda de produtos. A expansão do consumo é a condição para que o sistema se perpetue (MARQUES 2009; 16). Quando o sistema entra em crise, os governos incentivam o consumo justamente para manter circulando o lucro e o capital. Se a premissa do desenvolvimento sustentável é justamente consumo consciente, o que dizer da contradição que se cria num momento de instabilidade econômica prevalente?

BRUNEL (2008) é mais categórica ao afirmar que a publicidade inverte a relação entre o consumidor e a empresa num contexto de sustentabilidade. Na França, país enquadrado no “Primeiro Mundo”, a discussão sobre produtos ecologicamente amigos (*ecofriendly*) encontra-se num estágio mais avançado. A recomendação é de comprar os produtos *Bio*, ou orgânicos em português, de locomover-se em bicicletas e ainda abolir o uso das sacolas plásticas nos supermercados. Brunel afirma que os produtos *bio* são até três vezes mais caros (o que não chega a ser um problema, uma vez que a consciência pesada da população a leva a gastar mais pelo meio ambiente). A estratégia publicitária afirma que é preciso estar sempre trocando, sempre comprando, aposentando aparelhos antigos e poluentes (carros, geladeiras etc.) e substituindo-os por novos e modernos, que são a favor das causas ambientais.

Segundo o autor José Eli da Veiga, uma crítica ao desenvolvimento sustentável, no seu conceito original, divulgado no relatório Nosso Futuro Comum, é justamente o fato de que seus partidários encaram os problemas ambientais apenas como defeitos de alocação de recursos. “A cultura do lucro continuaria a ser a melhor alavanca do bem-estar social e a lógica do mercado permaneceria sã e salva (VEIGA 2005; 197).” Brunel confirma essa teoria através de exemplos práticos, citados a seguir.

Na França, era comum, como no Brasil, a distribuição gratuita de sacos plásticos no mercado. Entretanto, hoje em dia, eles são vendidos a um preço baixo. Com isso, os sacos plásticos continuam em circulação, uma vez que a maior parte dos consumidores ainda os utiliza, mas o custo das sacolas foi transferido para os consumidores. Outro exemplo de realocação dos recursos é a adoção de *e-relèves*, ou seja, as contas antes postadas no correio chegam às caixas postais de e-mail. Ora, grande parte desses documentos é de grande importância e devem ser arquivados por pelo menos cinco anos. Como os softwares estão em constante transição e evolução, um arquivo de hoje pode muito bem não se abrir num formato mais avançado anos após seu envio. Cabe ao

consumidor comprar papel e cartuchos de impressora para guardá-los em casa. Mais uma vez, o custo é transferido para o público.

Marques compartilha dessa mesma opinião. Segundo ela, “enquanto a questão ambiental não for entendida como um problema material e histórico (...) as propostas ambientalistas continuarão restritas à preservação do que já foi parcialmente destruído e à expectativa iludida de uma tomada de consciência geral sobre a ecologia, capaz de alterar todo o sistema de produção e consumo” (MARQUES 2009; 17). Ou seja, o desenvolvimento sustentável não apresentaria mudanças estruturais na sociedade, sendo assim, mais uma maneira de tentar contornar os verdadeiros problemas da sociedade.

3.3 – Desenvolvimento e Sustentabilidade: o social, o econômico e o ambiental

Então, se o desenvolvimento sustentável não é suficiente para mudar esses verdadeiros problemas, de que ele serviria? A realidade é que o novo conceito, para um melhor entendimento, pode ser desmembrado em dois: desenvolvimento e sustentabilidade. Dessa forma, os dois juntos podem gerar um novo significado.

Segundo Sachs, no prefácio do livro de Veiga (2005), o desenvolvimento não se confunde de maneira alguma com o crescimento econômico, que é apenas a sua condição necessária, mas não suficiente. Na década de 50, muitos países de terceiro mundo passaram por processos de industrialização. Entretanto, a maior parte da população não teve acesso a bens de consumo ou à cultura. Dessa forma, pode notar-se a existência de um crescimento não acompanhado de desenvolvimento.

Veiga sustenta a mesma opinião baseado nas conclusões de Rivero (2002). Durante o século XX, a maior parte das nações de países considerados em desenvolvimento sobreviveu graças aos incentivos econômicos como empréstimos e financiamentos privados, além de facilidades comerciais, em função de um cenário mundial bipolar. De um lado, Estados Unidos. Do outro, União Soviética. As grandes potências tinham um interesse particular em recrutar aliados e aumentar o seu poder político. Entretanto, com o fim da Guerra Fria na década de 80, os estados subdesenvolvidos perderam seu valor estratégico e perderam sua ajuda e renda, ficando “à mercê da seleção natural do mercado global e da revolução tecnológica” (VEIGA, 2005; 26).

Para Rivero (apud VEIGA), os países que perderam a sua renda estratégica passam a encontrar outras formas de vida econômica, seja através da exportação de matérias-primas, localização geográfica favorável (como o Panamá e o seu canal). Todavia, algumas nações representam, nas fronteiras com os países ricos, perigos de migração. Assim, o mundo desenvolvido continua enviando ajuda econômica apenas com o interesse de conter fluxos de pessoas, mas o esperado desenvolvimento não aconteceu.

No prefácio do livro *Desenvolvimento Sustentável*, de José Eli Veiga, Sachs cita Celso Furtado para esclarecer o seu pensamento: “só haverá verdadeiro desenvolvimento (...) ali onde existir um projeto social subjacente” (FURTADO apud VEIGA, 2005; 9). No relatório “Nosso Futuro Comum”, o desenvolvimento sustentável aparece como uma alternativa viável de suprir as necessidades básicas das populações de países ainda em desenvolvimento. Sachs acredita que para o completo entendimento do termo, a adjetivação verdadeira deveria ser dividida em três: 1) *socialmente incluyente* 2) *ambientalmente sustentável* e 3) *economicamente sustentado no tempo*.

E qual seria a relação do desenvolvimento sustentável com a existência de projetos sociais dentro da sociedade? Com a elaboração intelectual do termo, fica clara a busca por um “caminho do meio”, que não exclua desenvolvimento, crescimento econômico, e meio ambiente. Nesse sentido, o relatório de 1987 especifica o desenvolvimento sustentável como um “conceito político”, amplo para o progresso tanto social quanto econômico (VEIGA 2005; 113).

A sustentabilidade é defendida como a grande vinculadora do meio ambiente no âmbito político e econômico mundial. Ela evoca um caráter ético de uma continuação de vida e humanidade sobre a Terra e exprime a urgência de um uso responsável dos recursos ambientais. Além de necessidades consideradas essenciais no âmbito social, Veiga diz que, como definido no relatório Brundtland, as pessoas têm valores, como ética, liberdade de expressão, gosto. Elas têm o direito de escolher e de aceitar ou não o que lhes é proposto. Considerar apenas as suas necessidades cruciais em detrimento dos valores humanos é insuficiente. Deve-se considerar esse aspecto social. Na verdade, o social e o ambiental devem caminhar juntos dentro da noção da sustentabilidade.

O maior desafio para a sustentabilidade, segundo Gell Mann (apud VEIGA, 2005; 168), é por em prática sete mudanças para o século XXI. São elas:

- 1) estabilização da população, práticas econômicas baseadas em custos reais (crescimento qualitativo ao invés de quantitativo),

2) tecnologia de baixo impacto ambiental, melhor distribuição de renda, poder institucional e/ou global para lidar com as questões ecológicas,

3) maior acesso das pessoas às informações,

4) uma coexistência pacífica entre os diversos seres humanos e os demais seres vivos que dividem com eles o ecossistema. Ou seja, o desenvolvimento sustentável precisa ser intrínseco a sociedade em várias escalas, que fogem meramente de economia ou meio ambiente. É preciso ainda mudar uma concepção de valores para que ele realmente possa acontecer de uma forma bem sucedida. Entretanto, a mudança desses valores, em todos os aspectos, requer tempo. Para Sachs (apud VEIGA, 2005; 172), estratégias de curto prazo podem levar ao “ao crescimento ambientalmente destrutivo, mas socialmente benéfico, ou ao crescimento ambientalmente benéfico, mas socialmente destrutivo”.

O desenvolvimento sustentável é visto de forma positiva por outros autores que acreditam que a nova forma de desenvolvimento pode ser considerada como um avanço para o que se considera como uma “nova revolução industrial”. Otimismo ou pretensão, o economista Paul Hawken (1999) criou uma tese, acompanhado de Amory e Hunter Lovins, que defende um novo tipo de capitalismo, baseado inteiramente em um Capital Natural.

Se os países do “terceiro mundo” desejam um dia alcançar um patamar de tecnologia similar ao dos países desenvolvidos, o desenvolvimento sustentável seria a solução, de acordo com Hawken, pois para trilhar um caminho tradicional e defasado, que representa o antigo padrão de industrialização, não é mais uma alternativa viável. Os recursos naturais são muito vastos, caros e hoje são prejudiciais localmente e globalmente.

Economicamente falando, a cadeia de produção, hoje em dia, encontra-se em crise. O sistema baseado no lucro, fomentado pelo mercado sempre aquecido, pelas trocas entre o produtor-consumidor, acaba esgotando os recursos. A criação constante de necessidades, de sempre ter o novo, o lançamento e a redução do tempo útil dos produtos (para estimular sempre o consumo) aumenta não só o desperdício como gera mais poluição e lixo.

Os autores defendem um novo tipo de economia, baseada em fluxos e serviços. Em exemplos práticos, eles pensaram toda uma nova organização de sociedade e de capitalismo. A estratégia consiste em maximizar os recursos naturais, aumentando o seu rendimento e aproveitamento, ou seja, “obter de um produto ou processo a mesma

quantidade de utilidade ou trabalho empregando menos material e energia” (HAWKEN & LOVINS 1999; 11). De acordo com eles, esse salto podem inclusive vir a reduzir o capital inicial da produção.

A *economia de serviços*, como os autores afirmam, é baseada num empréstimo. As empresas não mais produzem bens de consumo. Elas passam a produzir bens de aluguel. Trata-se de uma diferenciação nos fins da produção. Em um esquema tradicional, os recursos são extraídos da natureza, passam pela fábrica, são transformados pelos operários em bens, transportados aos mercados e vendidos aos consumidores. Na economia de serviço, a relação indústria-consumidor não acaba na venda final.

Nesse novo modo de produção, o consumidor contrata o serviço da empresa. Para exemplificar, podemos dizer que o serviço em questão é uma máquina de lavar. O cliente escolhe uma máquina que é entregue em sua casa e ele paga um custo fixo por mês para sua utilização. Por outro lado, a empresa presta assistência técnica e é obrigada a trocar a máquina por outra em caso de problema. A máquina com defeito volta à fábrica e passa por um conserto, as peças são trocadas e seus defeitos corrigidos. Dentro de alguns dias, já consertada, ela pode ir para a casa de outro cliente, que contrata o mesmo serviço. Esse é um exemplo de uma economia gerida por fluxos. A relação não termina na venda. Na verdade, a relação não termina de forma alguma.

Os autores defendem que o produto é um meio e não um fim. O fabricante aluga e no final do ciclo, recupera o seu produto. Dessa forma, diminui-se o uso de material (pois os produtos não são mais fabricados em larga escala, uma vez que eles não saem de linha ou uso), aumenta-se a durabilidade (um produto durável tem maior qualidade, o cliente apreciaria um produto que não quebra, não tem defeitos e passa por manutenção constante) e, o principal, gera-se uma nova forma de relacionamento entre o consumidor e o produtor. Trata-se de um estímulo compartilhado, que antecipa e atende a evolução das necessidades de ambas as partes.

Outra vantagem da economia de serviço é a estabilização dos negócios. Ao contratar uma empresa para prestar um tipo de serviço, o cliente passa a ser fidelizado. Ele contrata um fluxo de serviço que passa a depender regularmente. Dessa forma, a capacidade ociosa e a substituição tenderiam a desaparecer, assim como o desperdício de bens de consumo em perfeito estado, mas desatualizados.

Os autores Hawken e Lovins (1999) acreditam em uma mudança de posicionamento, de estratégia e, por que não, de sistema econômico. Para eles, a

sustentabilidade é a forma de inserir no capitalismo um novo conceito de empresa e lucro. Sua proposta tem um cunho prático. Para eles, enfim, é possível conciliar o Capitalismo e Meio Ambiente, através de uma mudança de posicionamento corporativo.

Outra defensora do Desenvolvimento Sustentável, a francesa Élisabeth Laville, defende a responsabilidade social dentro das corporações hoje. Para Laville (2009), a empresa deve se integrar num contexto social. Elas precisam ter a consciência de que não conseguem prosperar num ambiente (tanto social quanto ambiental) que declina. A idéia de responsabilidade significa assumir, para os cidadãos do meio ao qual a empresa se insere, os seus atos e prestar contas sobre seus compromissos. Laville defende uma desaceleração d produção. O conceito, no contexto do desenvolvimento sustentável, sugere uma adoção de um modo de vida mais sóbrio, produzindo menos bens, consumindo menos, economizando energia, entre outros.

Segundo ela, o desenvolvimento sustentável ainda não tem um peso forte nas escolas de economia porque questiona fundamentos tradicionais que levaram muitas empresas ao sucesso. É preciso tentar modificar a cultura empresarial. Através dele, será possível reverter os antigos valores sobre os quais estão baseados os alicerces do capitalismo. A chave da credibilidade das empresas reside na sua transparência.

3.4 – Implementando o desenvolvimento sustentável

“A crise climática é uma verdade inconveniente, pois significa que precisaremos mudar nossa maneira de viver”, disse Al Gore em seu livro (2007) (baseado no seu documentário) ‘Uma Verdade Inconveniente’.

Tanto no campo teórico quanto no campo econômico, é inegável a necessidade de uma transformação nos hábitos sociais. Não adianta que países subdesenvolvidos queiram buscar o desenvolvimento a qualquer preço nos dias de hoje. Para que o meio ambiente tenha alguma chance, para desacelerar os impactos ecológicos e reduzir a extração de recursos não renováveis, é preciso repensar os meios de produção e consumo. Entre a comunidade científica e econômica, pode-se notar um mesmo posicionamento sobre os métodos empregados nas indústrias ao longo dos anos atualmente serem inviáveis. Entretanto, como fazer para mudar uma mentalidade consolidada há mais de dois séculos? Que formas as sociedades vai encontrar para criar nas empresas e na população uma consciência ecológica?

A resposta dessas perguntas passa pelo acesso à informação e por mudanças institucionais que permitam acessibilidade e transparência, no âmbito governamental e empresarial (JACOBI 1999; 8). A mídia e as instituições passam a argumentar a favor de uma sociedade sustentável, a partir de premissas em um papel de cidadão ativo e mudança de valores (tanto no campo individual quanto coletivo). É necessária a criação de uma educação ambiental baseada na cristalinidade e na implantação de uma consciência ética.

A cultura ecológica pode ser entendida, para o especialista em questões ambientais na América Latina, Enrique Leff, como uma “tomada de consciência dos diferentes protagonistas sociais e uma mobilização da cidadania para proteger o ambiente” (LEFF 2000; 211). Através de princípios morais, as estratégias do desenvolvimento sustentável são alcançar uma racionalidade ecológica e transmiti-la, difundindo novos valores na sociedade em geral.

É justamente essa cultura ecológica que precisamos criar nas sociedades, uma mudança de hábitos e dos tão discutidos valores. A forma atual de economia, consagrada no seio do capitalismo, esgota os recursos naturais do planeta e ocasiona problemas que fogem dos campos meramente ecológicos. O exemplo do fenômeno El Niño (o aumento da temperatura média dos oceanos) exemplifica como a ação do homem sobre a natureza é capaz de prejudicar sua própria vida.

Dentre várias medidas, a comunicação é uma das formas mais conhecidas para a conscientização da sociedade. A divulgação dos problemas de cunho ambiental (e seus desdobramentos) pode ser perfeitamente possível. Veiga defende a informação do público como uma maneira de implementar o desenvolvimento sustentável (VEIGA 2005;169). Meios como a televisão, as revistas e a internet são exemplos de difusores de informações importantes na sociedade. Através da mídia, é possível informar o público sobre o que se passa e sobre o que se precisa fazer. Além disso, nos meios de comunicação, pode-se divulgar iniciativas que fizeram alguma diferença.

Entretanto, a mídia não ocupa exatamente, por enquanto, o papel de divulgadora do desenvolvimento sustentável. Quando o assunto é meio ambiente, encontra-se uma forte tendência ao catastrofismo. Sylvie Brunel (2008) afirma que todas as emissões de TV consagradas a temática ecológica são recheadas de visões apocalípticas, comentários a respeito de um desaparecimento da espécie humana e entrevistas com *experts* que dizem que já é tarde demais para mudarmos de cenário.

O documentário mais recente e de maior sucesso sobre questões ambientais é “Uma verdade inconveniente” (2006), de Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos. No ano seguinte, ele ganhou o prêmio Nobel da Paz. Em aproximadamente duas horas, Gore apresenta slides que demonstram os efeitos climáticos causados pela interferência do homem no meio ambiente. Através de fotos e gráficos, o político americano desenha em cores de catástrofe um destino para a natureza e para a nossa sociedade, se nada for feito para mudar os meios de produção e ações individuais, depois de explicar os procedimentos que desencadeiam o aquecimento global e as mudanças climáticas. Gore compara dezenas de fotos áreas de geleiras, tiradas há 30 anos e na atualidade, para confirmar a sua tese. Na comparação, é possível perceber que a quantidade de gelo reduziu-se consideravelmente.

Além de imagens de satélite com áreas de geleiras derretidas ou de desmatamento e comprovações científicas de ondas de calor e desertificação, o documentário não apresenta grandes soluções para a crise climática. O sucesso do filme permanece no seu tom apocalíptico de que é preciso mudar a situação urgentemente. Entretanto, nada é realmente proposto para refrear o aquecimento global ou os abusos ecológicos.

Abreu vai mais fundo ao fazer uma verdadeira crítica ao jornalismo ambiental, ao fazer uma análise sobre o discurso ambiental na linguagem jornalística. Concluindo que o jornalismo é uma forma de conhecimento da sociedade centrada no singular, a produção de notícias sobre questões ambientais (desde destruição do meio ambiente à divulgação de novas técnicas de reciclagem) seria apenas uma organização de fatos específicos numa dada formação social (ABREU 2006; 79). Ela afirma que a maior parte da população não tem acesso a conhecimentos acadêmicos. Dessa forma, o povo teria acesso às informações ambientais apenas através da televisão, meios impressos e internet. Sendo assim, a sociedade não teria contato com os problemas através da sua própria experiência. A proposta da imprensa ambiental seria apenas romântica (ao defender o meio ambiente) e subversiva (ao defender uma relação de amor da sociedade consigo mesma e com a natureza).

O que Abreu desconfia, em relação a um jornalismo ambiental, é se existe definitivamente a necessidade da criação de uma forma jornalística diferente do comum. Segundo ela, profissionais da área que se especializaram em meio ambiente discutem a obrigação de haver especialização acadêmica, mais verbas para o jornalismo ambiental

e, principalmente, debatem sobre a importância de o jornal ser um verdadeiro instrumento de educação ambiental.

A autora critica, enfim, o fato de o discurso ambiental se colocar de uma forma diferente dos outros. Para ela, os jornalistas não devem insistir em noticiar fatos relacionados ao meio ambiente tendendo a colocar os problemas em ordem global, como ela analisa em meios impressos. As reportagens precisariam ter um cunho local, baseado na singularidade dos espaços geográficos. Dessa forma, trazendo as questões para perto do dia-a-dia das pessoas, ele incentivaria o pensamento crítico. (ABREU, 2006; 159). Para ela, o jornalismo ambiental apenas reproduz a lógica capitalista, onde a natureza não passa de mercadoria, e não convida os espectadores a pensar sobre o assunto.

Com opinião diferente de Miriam Abreu, André Trigueiro, da rede Globonews, defende, através do jornalismo, o desenvolvimento sustentável. Em seu livro “Mundo Sustentável” (2005), ele faz um levantamento de inúmeras matérias jornalísticas a respeito da proteção do meio ambiente e da sustentabilidade da produção. A divulgação desse material se deu em diferentes mídias, passando por televisão, rádio, internet e jornais impressos, direcionando-se, assim para diversos públicos.

Para Trigueiro, os profissionais da comunicação têm uma responsabilidade enorme. Cabe a eles denunciar o paradoxo do sistema capitalista no qual se baseia a economia e de como ele vem esgotando os recursos naturais do planeta. Entende-se que o jornalismo ambiental vai contra o interesse das grandes empresas, o que coloca a mídia numa posição delicada. O prefácio do livro é assinado por Washington Novaes, que afirma que o problema mais delicado para o meio ambiente é a comunicação. Através dela somente é possível fazer um levantamento das questões ambientais e tirá-las de seu esconderijo, levando à sociedade todas as mazelas que acompanham as ações do homem. As lentes da comunicação ajudam a população a enxergar com mais clareza.

Trigueiro, ao contrário de Abreu, é a favor da inclusão de uma disciplina intitulada Jornalismo Ambiental nas universidades. Segundo ele, os estudantes devem conhecer, já na faculdade, o caos da crise ambiental vivenciada no século XXI. A formação em uma cadeira específica sobre ecologia traria para os jornalistas uma maior visão sistêmica.

O consenso encontrado entre os dois autores é, na verdade, que o jornalismo ambiental quebra o padrão da imparcialidade, tanto reforçada nas redações. Na verdade, a comunicação toma partido do desenvolvimento sustentável e da ecologia. O que

Abreu critica é que esse tipo de linha jornalística não deve se diferenciar das outras, preservando assim o seu caráter local, fazendo com que o leitor/espectador possa entender na sua realidade o que se passa com o meio ambiente. Já Trigueiro acredita que o jornalismo ambiental deve, sim, ser diferenciado; entretanto, mantendo a postura não apenas catastrófica, e sim, apresentando possíveis soluções para o cotidiano das sociedades.

4 – Cidades e Soluções

Trigueiro defende em seu livro “Mundo Sustentável” (2005) que os profissionais da comunicação são responsáveis por trazer à sociedade novas instruções para a maneira de viver. Segundo ele, o meio ambiente ainda é “uma questão periférica, porque não alcançou o sentido mais amplo, que extrapola a fauna e a flora” (TRIGUEIRO, 2005; 288). Em entrevista ao site responsabilidadesocial.com, Trigueiro defende que:

O papel da mídia não é apenas o de mostrar o que está errado, mas também o de sinalizar rumo e perspectiva. Considero esse o grande desafio da imprensa nos dias de hoje. Os assuntos ambientais não podem justificar espaços maiores apenas em cenários de tragédia. É preciso reconhecer a força dos assuntos ligados a sustentabilidade em uma perspectiva de solução e funcionalidade. (TRIGUEIRO, 20/12/2007)⁸

Tendo em vista que a caracterização do desenvolvimento sustentável e das formas de disseminar o seu emprego passa pela mídia, que é um importante fator de disseminação da nova ideologia social e industrial, no cenário mundial, este trabalho escolheu-se avaliar, então, o primeiro programa na televisão brasileira voltado para o desenvolvimento sustentável: “Cidades e Soluções”, apresentado semanalmente na GloboNews, pelo jornalista André Trigueiro.

O programa foi pioneiro na televisão brasileira. Trata sobre “soluções”, ou seja, o programa apresenta na mídia novas formas que comunidades desenvolveram para desenvolver-se de maneira sustentável. Isso é feito através da apresentação de experiências desenvolvidas em vários estados diferentes, nas quais existam noções de cidadania que se criam e convergem em exemplos e maneiras de resolver antigos problemas sócio-ambientais.

4.1 – Cidades e Soluções: criação e proposta

É impossível falar sobre a história do programa “Cidades e Soluções” sem falar também sobre a história do seu criador, André Trigueiro. Jornalista pós-graduado em

⁸ disponível em www.mundosustentavel.com.br/entrevista_16.asp

Gestão Ambiental pela COPPE-UFRJ, Trigueiro foi convidado, em 1996, para ancorar o “Jornal das Dez” na Globonews, o canal de TV por assinatura da Rede Globo, em formato hardnews. Criado no mesmo ano, o canal foi o primeiro a apresentar inteiramente conteúdo jornalístico por 24h. Trigueiro explicou um pouco de como o programa surgiu e de onde veio a idéia de estruturá-lo como ele é⁹.

Após cobrir o Fórum Global de 1992, o jornalista sentiu necessidade de se especializar sobre assuntos relacionados ao meio ambiente. Publicou algumas séries especiais ligadas ao tema (“Água: o desafio do século XXI”, de 2003; “Kioto: o protocolo da vida”, de 2005; e “A Nova Energia do Mundo”, de 2005) na Globonews, que receberam alguns prêmios. O canal, como analisa Barros (2009) em seu estudo, tem uma tendência de experimentação jornalística. Em 2004, graças a essa vertente, Trigueiro fez um programa especial, voltado para a divulgação de exemplos sustentáveis em meios urbanos. A série transformou-se em um programa de verdade, semanal, em 2006, quando a emissora completou dez anos no ar. Além de André Trigueiro, a equipe de reportagem conta ainda com as jornalistas Marina Saraiva e Angélica Brum.

O primeiro programa foi exibido no dia 15 de outubro de 2006. O tema tratado naquela ocasião foi o uso de captadores solares para o aquecimento de água para o banho, sem a necessidade de energia elétrica. Em seguida, foi abordada a urbanização acelerada como ameaça de qualidade de vida, biodigestores para tratamentos de esgoto e hortas urbanas. Também apresentou um programa sobre “compras sustentáveis”,

“Cidades e Soluções” é apresentado aos Domingos, às 21h30. Entretanto, é possível conferir o programa em mais seis horários distribuídos ao longo da semana no canal Globonews (segunda-feira, às 3h05, 8h30 e 16h30, quarta-feira, às 5h30 e 23h30 e sábado, às 5h30). Além disso, o programa também é transmitido pelo canal Futura (sexta-feira, às 21h e domingo, às 15h). Quem possui antena parabólica pode sintonizar o programa na TV aberta, às segundas-feiras de manhã, antes do telejornal “Bom Dia Brasil” da Rede Globo, no horário de um telejornal local, comum à toda a emissora e afiliadas. A Globo Internacional também transmite o programa.

⁹. Em entrevista concedida a Luís Gustavo Martins Barros, que fez um trabalho de conclusão de pós-graduação para a Universidade de Brasília, intitulado “O Jornalismo Público Praticado pelo programa Cidades e Soluções”

Além da televisão, o programa também está disponível na internet, através da página do programa, disponibilizada no portal do canal Globonews¹⁰. Quase todos os programas estão disponíveis aos internautas, através de uma lista das produções e suas respectivas datas.

Barros defende em sua pesquisa que “Cidades e Soluções” provém do conceito de Sustentabilidade, apesar de ele enquadrar o programa na categoria de jornalismo “público”. Pelos princípios teóricos analisados, essa forma de jornalismo promove a formação crítica para o exercício da cidadania e atenta para a responsabilidade social. Trigueiro defende que é preciso lembrar às pessoas de que os problemas ambientais e sociais existem, “que têm um custo social e ambiental grande e que [...] no médio e no longo prazo isso talvez não se sustente” (TRIGUEIRO *apud* BARROS, 2009; 70). O conceito de sustentabilidade vai além das propostas comunicacionais, abrangendo um campo bem maior, governamental, social e ambiental.

O trabalho de Trigueiro é autoral, pois ele pensa como um cidadão que pode contribuir para a disseminação de idéias, permitindo, a curto e médio prazo, as transformações necessárias para a implantação do desenvolvimento sustentável. Se não fosse jornalista, Trigueiro também procuraria pautar seu trabalho em função do meio ambiente e da sustentabilidade. Sendo comunicador, ele acredita “denunciar os interesses contrários à vida e à sustentabilidade. Para o jornalista, a mídia pode estimular o surgimento de políticas públicas e atitudes cidadãs, dando visibilidade às boas práticas que já fazem a diferença no Brasil” (Ibidem).

A proposta de “Cidades e Soluções” é dar espaço na televisão para experiências que deram certo e possam servir de modelo para a sociedade. Dentro do princípio da sustentabilidade, as soluções dos problemas urbanos precisam ganhar visibilidade, sendo apresentadas ao público com o intuito de motivá-lo a aprofundar-se nos temas e ajudá-lo a resolver situações na cidade, dentro da sua realidade. Outro desafio ainda é colocar o amplo conceito de meio ambiente em associação com o dia-a-dia da sociedade.

André Trigueiro distribui os assuntos de seu programa em dez categorias. São elas: energia, consumo consciente, construção sustentável, reciclagem de materiais orgânicos e inorgânicos, uso inteligente da água, educação e cultura, mobilidade,

¹⁰ (<http://video.globo.com/Videos/0,,GOD0-5633-programa-4229,00.html>)

biodiversidade, planejamento urbano e gestão, terceiro setor. Até o dia 25 de outubro de 2009, o programa somava 134 edições.

No estudo de Luis Barros, foi feita uma análise sobre as categorias dos programas e onde as edições se encaixam. Ele preferiu contextualizá-las, a partir dos conceitos da sustentabilidade, em apenas sete: “Meio Ambiente/Ecologia”, “Desenvolvimento Sustentável”, “Cidadania/Meio Ambiente”, “Reciclagem”, “Cidadania/Responsabilidade Social”, “Cidadania/Cultura” e “Outros”. Assim, ele separou os assuntos em programas cujo meio ambiente esteja inserido de alguma forma, e programas que se relacionavam como cidadania de outra forma.

Barros analisou 111 programas, exibidos até o dia 17 de maio. Segundo ele, através das sinopses, foi possível perceber que 36% dos episódios se relacionavam com a cidadania de alguma forma. A maioria dos programas, então, contabilizando 64% das edições, tem como base o tema Meio Ambiente. A questão ambiental, ligada diretamente à ecologia, foi responsável por 23% dos episódios que se encaixavam nessa classificação. Neutralização de emissões de carbono, água, emissão de gás estufa, entre outros, foram alguns dos assuntos abordados na categoria.

O programa “Cidades e Soluções” teve 42% dos seus episódios enquadrados como Meio Ambiente no quesito Desenvolvimento Sustentável. Os temas dos programas são sobre experiências de emprego desse tipo de desenvolvimento, como biodigestores, consórcios intermunicipais, tijolo ecológico, e também sobre atitudes ambientalmente cidadãs como uso da bicicleta e educação ambiental. (BARROS, 2009;73).

Através da quantificação dos assuntos, fica possível notar que o programa é voltado para uma temática ambiental determinada. Entretanto, André Trigueiro não gosta de rotular o seu programa como “jornalismo ambiental”, pois, segundo ele, tudo que fazemos se relaciona com essa vertente. Na verdade, ele considera o seu programa como sendo de “alfabetização ambiental”¹¹. Para ele, o meio ambiente atinge todas as áreas do conhecimento. Os jornalistas deveriam estar cientes de que se trata de um tema intrínseco ao seu universo de trabalho.

Para Trigueiro, o seu trabalho vai “na direção de uma sustentabilidade em que a gente preconiza o uso inteligente dos recursos para todos os fins, alcançando a dimensão da cultura, alcançando a direção das ferramentas econômicas” (TRIGUEIRO *apud*

¹¹ Informação verbal, entrevista concedida no dia 27/10/2009 à pesquisadora

BARROS, 2009; 73). Ele acredita que o jornalismo pode ser uma boa forma de instrução para provocar uma mudança comportamental na sociedade. Seria possível, através de seu programa e seus exemplos bem sucedidos, contribuir para uma atitude sustentável global.

O “Cidades e Soluções” foi o primeiro programa da televisão brasileira a ser neutro em emissões de carbono, ou seja, ele neutraliza suas emissões de gases estufa. Isso se dá através do plantio de árvores que correspondem à mesma quantidade em gases emitidos ao longo da produção do programa. A iniciativa é certificada pela ONG Iniciativa Verde, responsável por plantar e manter as árvores no Jardim Botânico de São Paulo. O cálculo para saber o quanto o episódio emitiu leva em consideração os deslocamentos da equipe de reportagem e o consumo de energia elétrica, tanto na produção (edição, filmagem, entre outros) quanto no ato dos telespectadores de assistir o programa em casa¹².

4.2 – O formato do programa

Como em qualquer outro programa jornalístico televisivo, a função de um roteiro é, além de contar a notícia, torná-la atraente para o público. Ao contrário de um jornal impresso (onde um repórter sozinho, ou na companhia de um fotógrafo podem realizar uma matéria), o jornal para TV exige mais tecnologia e mão-de-obra, para que tanto a imagem, os cenários e o discurso se combinem de maneira a orientar um sentido. Para Trigueiro, certos assuntos são mais fáceis de contar nesse tipo de jornal. Se o tema não combina com a logística de uma matéria televisiva, ela não funciona. Então, nesse caso, é possível concluir que pensar o formato da notícia é tão importante quanto à apuração dos fatos em si.

O programa piloto do “Cidades e Soluções”, exibido em 2004, deixou algumas heranças para seu atual recorte semanal. O principal deste programa é não gravar nada no estúdio. As matérias são feitas na rua, onde os assuntos se desenvolvem. No estúdio não é possível desenvolver as pautas e, muito menos, tornar os exemplos compreensíveis e passíveis de serem seguidos.

Outro fator importante do o programa é ter “uma linguagem clara e objetiva” (BARROS, 2009; 77). É preciso explicar de forma que os temas não fiquem didáticos

¹² Informações disponíveis em: <http://especiais.globo.com/cidadesesolucoes/neutro-em-carbono/>

demais. Para Trigueiro, o maior problema de fazer comunicação voltada para as questões ambientais é traduzir os termos técnicos (ou jargões do meio ambiental) para um palavreado simples e compreensível, sem perda de informação (TRIGUEIRO, 2005). O conteúdo do programa é leve, levando a informação ao telespectador de uma maneira simples, desmitificando temas complexos em uma linguagem perfeitamente acessível. A sensação que se tem, ao assistir o programa, mesmo com temas complicados, é de que nenhuma pergunta fica sem resposta.

A trilha sonora do programa é baseada em um fundo eletrônico, desenvolvido pela produtora Marion Lemonnier (de origem francesa). Desde a abertura do programa, até as vinhetas e a finalização, o fundo musical acompanha as edições (BARROS, 2009; 78). Segundo ela, a estética musical convida a encontrar o tom correto para a abordagem das pautas, traduzindo o espírito do programa através da trilha.

O programa tem em média 23 minutos de duração. A proposta de Trigueiro é mostrar em diversos lugares a mesma solução, concluindo que o tema em questão é de possível implantação. Segundo o jornalista, é preciso sempre ir atrás de três ou quatro experiências, para oferecer ao público diferentes opções e suas variantes. A proposta do “Cidades e Soluções” não é, de forma alguma, explicar as origens dos problemas. Na verdade, ele busca apresentar soluções. “A gente reserva dois, três minutos para dizer: temos um problema [e a partir daí, mostra-se situações] onde o enfrentamento desse problema se revela interessante, inteligente e está dando resultado” (TRIGUEIRO *apud* BARROS, 2009; 78).

André Trigueiro apresenta o tema, diz qual é o problema em pouco tempo (a média é entre um minuto e meio e dois) daquela edição e conduz as reportagens. Entretanto, “Cidades e Soluções” também conta com o apoio de outros jornalistas da Rede Globo e das afiliadas. Trigueiro explica que, às vezes, insere-se no episódio matérias já preparadas, o que, segundo ele, confere ao programa a capacidade de posicionar os temas (ou problemas) em realidades distintas. Os repórteres são escolhidos com cautela e são convocados para reuniões com o editor antes da preparação da reportagem e depois de completa.¹³

Outra característica marcante do “Cidades e Soluções” é a interatividade. André Trigueiro convida os telespectadores a acompanharem o site do programa, pois acredita que dessa forma, os interessados podem aprofundar-se sobre os assuntos explicados nos

¹³ Entrevista concedida em 27/10/2009 à pesquisadora

programas. Ele explica: “(o objetivo é) usar a internet como sendo uma base de apoio onde, terminado o programa, a gente se referencie que existem conteúdos adicionais disponibilizados na rede” (TRIGUEIRO Apud BARROS, 2009; 79).

O programa possui duas bases na internet. O site da rede Globonews traz informações sobre os programas e sinopses, além de conter a maioria dos episódios disponíveis para acesso. Segundo Trigueiro¹⁴, a equipe percebeu que a maior parte do público assiste ao “Cidades e Soluções” pela internet, determinando em seu tempo diário qual é o melhor horário para acompanhar o programa. Já o blog do programa serve como uma fonte de novas informações e notícias, a respeito do programa em si e das suas pautas. A interatividade com o “Cidades e Soluções” acontece via blog, pois eles recebem comentários e sugestões por esse canal alternativo.

Em relação às pautas das edições, trabalhar a sustentabilidade como assunto pode ser bastante complicado. Trata-se da mudança de comportamento tanto das pessoas quanto de corporações e governos. Posicionar-se, midiaticamente, contra o sistema econômico capitalista e sua maneira de produção e sustentação (consumo desenfreado) é uma tarefa um tanto paradoxal, uma vez que é a publicidade (estimulação do consumo) que custeia os meios de comunicação. Tendo em vista esse posicionamento, Trigueiro replica que um bom termômetro para medir a qualidade da produção jornalística ambiental é saber se o seu programa incomoda ou não algum setor da sociedade. Segundo ele, o interesse público nem sempre anda atrelado a certos interesses públicos e privados.

Entretanto, o jornalista não afirma ter sofrido qualquer tipo de sanção ou bloqueio ao seu programa pela rede Globonews. Segundo ele¹⁵, o seu prestígio na empresa (onde trabalha há quase 15 anos) lhe garantiu assumir esse programa e sua responsabilidade. Com isso, o canal de televisão o concede confiança, estruturada no perfil profissional de Trigueiro à frente de seu programa.

As reuniões de pauta acontecem nas segundas-feiras, com a equipe do “Cidades e Soluções”. Os assuntos surgem ou por idéia da própria equipe, ou por sugestão dos internautas no blog do programa (por isso a interatividade se torna cada vez mais importante). As pautas fogem aos *releases* enviados por empresas que buscam visibilidade no programa. Trigueiro deu alguns exemplos de como é preciso estar atento

¹⁴ Entrevista concedida em 27/10/2009 à pesquisadora

¹⁵ Idem

a tentativas de propaganda¹⁶. Ele informa que é preciso averiguar o que realmente é passado como sugestão de pauta.

Existe, segundo Trigueiro, outras equipes que participam da elaboração das pautas através de sugestões e também das sustentações da informação. Trata-se de pessoas que detém conhecimento acadêmico ou prático, que garantem a credibilidade de demasiados temas. Ou seja, são as fontes voltadas para o conhecimento específico dos assuntos levantados no programa, como universidades, ONGs, órgãos governamentais dentre outros. Entretanto, Trigueiro deixa claro que encara episódios bem sucedidos no âmbito das gestões públicas como mera obrigação, pois, para ele, trata-se de uma questão obrigatória para com a sociedade e não merece crédito por estar funcionando (TRIGUEIRO *apud* BARROS, 2009).

Quanto ao público-alvo, apesar de o canal Globonews, responsável pela emissão do programa, ser bastante segmentado (canal de TV por assinatura assistido pela classe média), o posicionamento de “Cidades e Soluções” não se especifica para nenhum público em particular. Segundo a pesquisa de Barros, não houve nenhum plano de mídia ou estudo de público-alvo para identificar os telespectadores do programa. Na verdade, Andre Trigueiro acredita que o público seja aquele que tenha algum tipo de afinidade com as causas ambientais e essa abordagem diferenciada.

Barros não direciona o programa para nenhuma audiência específica pois, segundo ele, o tema principal do “Cidades e Soluções” passa pela cidadania de forma geral, o que ocasiona uma identificação com os cidadãos. Trigueiro afirma que, na verdade, o público não se restringe apenas à afinidade. Para ele:

Nós queremos pegar não somente um grupo de telespectadores eu talvez esteja muito incomodado de só assistir em televisão tragédia, catástrofe, notícia ruim alusiva à corrupção, malversação de recursos públicos. Um programa que traz no nome a palavra ‘solução’ tem uma responsabilidade enorme porque catalisa expectativas no sentido de acreditar que ainda há motivo para sorrir ou para mudar para melhor alguma coisa. (TRIGUEIRO *apud* BARROS, 2009; 83)

¹⁶ Segundo ele, a equipe do Bradesco tentou sugerir uma pauta em função da utilização de biodiesel nos motores da conhecida Árvore de Natal da Lagoa. Entretanto, o biodiesel pode ser de três tipos: o B2 (que utiliza apenas 2% de combustíveis de fontes renováveis), o B5 (que utiliza 5%) e o B100 (totalmente de origem vegetal). Os motores em questão funcionam com o combustível B2, e dessa forma, não merecem crédito por sustentabilidade. (Informação verbal, entrevista concedida em 27/10/2009 à pesquisadora)

Em relação à audiência do programa, Trigueiro diz que o programa está entre os mais assistidos da TV a cabo no Brasil. A pesquisa foi realizada por um instituto que faz um levantamento semanal em algumas cidades (a maior parte no estado de São Paulo). Ele afirma que a audiência, na verdade, é flutuante, ou seja, existe uma base de telespectadores que é fiel ao programa, mas que não há rigidez na especificidade do público. Dependendo do assunto, “Cidades e Soluções” atrai até crianças.

A equipe do programa costuma usar o blog como um medidor da audiência do programa e dos assuntos abordados. O público que frequenta o site é cativo, são pessoas que assistem sempre e depois usam a ferramenta virtual para fazer comentários ou se informar sobre os temas tratados previamente nos episódios. Para ele, inclusive, a internet é uma forma de democratizar o acesso ao programa, permitindo que “Cidades e Soluções” se propague melhor através da rede. O jornalista ainda defende que, na internet, os ambientalistas se comunicam muito, o que torna a divulgação do programa ainda mais ampla.

4.3 – Análise descritiva do programa: sustentabilidade

O programa Cidades e Soluções, como mencionado antes, não aborda especificamente apenas temas voltados ao meio ambiente no contexto de desenvolvimento sustentável, apesar de esse ser o principal objetivo. André Trigueiro, como já dito, considera que seu programa é uma forma de ensinar ao público sobre questões relacionadas à ecologia. Entretanto, dentre os temas do seu programa, apesar de a maioria ser caracterizada como meio ambiente, existe uma enorme quantidade de programas que apresentam soluções voltadas para temas cidadãos.

Para essa análise, foram escolhidos quatro programas. Dois apontam soluções para o meio ambiente e formas sustentáveis de aplicar a sustentabilidade nas áreas urbanas. Os outros dois apontam para caminhos sociais, comprovando que o desenvolvimento de uma região (no caso do programa, urbana) também depende de questões sociais, e não apenas de questões ambientais.

Os fatores analisados nos programas descrevem a formulação de seu conteúdo. Em primeiro lugar, contextualiza-se um problema, majoritariamente apresentado por André Trigueiro. Em segundo lugar, o programa procura apresentar uma localidade urbana onde a primeira solução é empregada. Em terceiro lugar, apresenta-se outra

região, onde uma solução parecida é aplicada. Em alguns casos, demonstra-se uma terceira solução em um terceiro lugar comum.

Dessa forma, o programa se caracteriza como um mediador entre o espectador e o meio ambiente. Ao promover uma alfabetização ambiental, o programa permite ao público a tomada de conhecimento a respeito de práticas ecologicamente corretas e viáveis de impacto positivo sobre o meio, além de promover atitudes cidadãs e desenvolver a consciência de que as atitudes do dia-a-dia podem, sim, trazer danos à natureza. Então, ao propor temas que grande parte das pessoas não associa com degradação ambiental, o programa cumpre o papel de educação sustentável.

Os programas escolhidos que apresentam soluções de sustentabilidade ambiental são: Soluções sustentáveis de telhados nas cidades (exibido em 12/07/2009) e Alternativas sustentáveis de tratamento de esgoto. Através desses dois programas, podemos ter uma idéia de como o programa apresenta o conceito de sustentabilidade ambiental dentro dos meios urbanos.

4.3.1 – Telhados sustentáveis nas cidades (exibido em 12/07/2009)¹⁷

O episódio começa com o apresentador André Trigueiro sentado em cima de um telhado, adiantando que no programa serão apresentadas três soluções sustentáveis diferentes que podem fazer a diferença nas cidades.

A cidade de abertura para a reportagem é Porto Alegre. O repórter local, Rodrigo Lopes, diz que a cidade é uma das mais arborizadas do país e que é possível notar que os telhados da região também começam a ganhar uma cobertura vegetal. Esse novo tipo de telhados foi criado junto com o novo parque gráfico do jornal Zero Hora. Imagens dos telhados e do parque gráfico se intercalam. Segundo o repórter, a cobertura vegetal garante a temperatura amena dentro da fábrica de jornais. O coordenador técnico do Zero Hora diz, em entrevista, que trouxe a inspiração para fazer do seu prédio um ambiente sustentável de modelos europeus. Entretanto, a tecnologia é brasileira.

¹⁷ Programa disponível no link: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1079510-7823-CONHECA+SOLUCOES+SUSTENTAVEIS+QUE+FAZEM+DIFERENCA+SE+USADAS+NAS+CIDADES,00.html>

Segundo o técnico João Manuel Feijó, há vantagens de economia de energia na implantação de um telhado de cobertura vegetal, na medida em que a temperatura é controlada e os aparelhos de ar-condicionado não são utilizados em uma alta potência. As imagens mostram as tubulações da refrigeração passando na cobertura verde. O técnico explica que, logo abaixo das plantas, há membranas anti-raízes e alveolares (que drenam a água e formam reservatórios para tempos secos). Todo o material é reciclado, vindo da reutilização de solados de sapato, nylon etc. Na verdade, não há terra no telhado. Só produtos industriais acrescidos de nutrientes para as plantas.

Através de um gráfico, o repórter explica que uma laje de cimento, após um dia de sol, acumula 70 graus Celsius em energia, que é transmitida para dentro do prédio. Já no ecotelhado, a temperatura quase não varia. É como se o prédio estivesse localizado em uma grande sombra.

Enquanto imagens de cidades são apresentadas no vídeo, o repórter dá importantes informações sobre os centros urbanos. Ele diz que eles são responsáveis por quase metade das emissões globais de gases do efeito estufa. Lopes apresenta o Theatro São Pedro, um prédio histórico que aderiu ao ecotelhado. De acordo com a presidente do teatro, além de ser bom para a climatização, o telhado em cobertura vegetal também é bom para a acústica do prédio. Para ela, outra facilidade é que o prédio não precisa de cuidados de manutenção e se mantém sozinho, sem crescer e necessitando apenas de água da chuva. A utilização de aparelhos de ar-condicionado no verão reduziu-se praticamente a zero.

O repórter diz que em seis anos, 12 mil metros quadrados foram criados em ecotelhados. Em alguns casos, até paredes com cobertura vegetal foram desenvolvidas para refrescar os ambientes. Novamente, o técnico Feijó, fabricante, explica o procedimento, dessa vez, da instalação dessa tecnologia nas paredes. O repórter afirma que há um plano na cidade para a implantação de telhados verdes em pelo menos 20% dos prédios, para ajudar a reduzir o aquecimento global.

O programa atravessa o Oceano Atlântico e aterrissa nas ilhas gregas no Mar Mediterrâneo. A repórter Renata Ribeiro, que assume a reportagem explica, conforme imagens das ilhas de Santorini e Mykonos são apresentadas, que a cor branca dos prédios foi utilizada na redução do calor nas cidades, desde a Era Clássica.

A repórter explica que os grandes centros urbanos funcionam como ilhas de calor porque são quase sempre feitas de pavimentações de cores escuras. Através de uma edição gráfica, ela explica que, se todos os telhados das grandes cidades fossem

pintados de branco, a temperatura cairia em um grau, o que representaria 20% de economia de energia.

A repórter então apresenta a proposta do *Green Building Concil*, um conselho de construção sustentável, que lançou a campanha “Um grau a menos”. Trata-se de uma campanha por telhados brancos. O gerente técnico do conselho no Brasil, Marcos Casado, diz que a idéia na verdade é de nível global. As imagens de casas com coberturas brancas dão espaço a personalidades famosas como Brad Pitt, Jack Johnson e o presidente norte-americano Barack Obama, que elegeu os telhados brancos como uma das principais bandeiras ambientais do seu programa de governo.

A representante do programa, Thassane Wanick, deu o exemplo e pintou o seu próprio telhado de branco. Sendo ela quem criou a campanha, foi convidada a apresentá-la na Casa Branca. Ela diz em entrevista à repórter em sua casa que alguns vizinhos já aderiram ao seu projeto.

Para conferir mais credibilidade ao seu propósito, a repórter Renata Ribeiro entrevista ainda o arquiteto Siegbert Zanettini, especialista em construções sustentáveis.. Dentre esses itens, um deles é o fato de os telhados serem brancos. Segundo ele, o custo da aplicação é baixíssimo e de fácil aplicação.

Após novas imagens de telhados brancos, o tópico agora é sobre o tipo de tinta para esses telhados. Trata-se de uma tinta especial auto-limpante e com alto índice de refletância. O preço de um galão é de 150 reais, em média. O trabalho de pintar não exige muito tempo. A repórter escolhe uma frase do depoimento de Thassane Wanick para finalizar a sua participação no episódio: “Em um mundo cada vez mais complexo, a resposta pode vir da simplicidade.”

André Trigueiro retoma a sua participação no programa apresentando uma fábrica que produz telhas através da reciclagem de embalagens de leite longa vida. O apresentador, em uma indústria siderúrgica, explica que o proprietário Antônio Abrantes decidiu trocar o seu telhado de amianto pelas telhas recicladas. Abrantes explica que elas são mais leves e não quebram como as antigas. Tanto Abrantes quanto Trigueiro pulam em cima de uma telha para testar a sua força. Elas não requerem manutenção e, segundo o empresário, a vantagem é que, além de não quebrar, ela absorve o calor. Os dois comparam a temperatura no galpão revestido de telhas recicladas e de telhas de zinco, e admitem que o segundo é mais quente.

Outro lugar que adotou o telhado reciclado foi o Instituto Vital Brazil em Niterói. A bióloga Luíza de Menezes adotou o novo tipo de telhas para evitar a morte

dos animais peçonhentos como cobras no verão. Através de uma campanha, eles arrecadaram milhares de embalagens de leite longa vida para a construção do seu telhado reciclado. Para ilustrar a fala da bióloga, uma cena de um morador das proximidades trazendo um saco com várias caixas vazias é mostrada.

Quem recebe essas embalagens é a Recicoleta, uma unidade que recebe embalagens longa-vida pós-consumo (caixas de leite, achocolatado, iogurtes etc.) com o objetivo de enviá-las a recicladores, pagando um preço fixo por isso. Trigueiro entrevista o seu coordenador, Paulo Ribeiro. Ele explica que a demanda tem sido cada vez maior, até mesmo maior do que a capacidade de fabricação. Enquanto ele explica o processo, imagens de operários na fábrica produzindo os telhados são apresentadas.

André Trigueiro finaliza o programa lembrando que o telhado não é apenas um detalhe na construção. Na verdade, é preciso prestar atenção no tipo de cobertura que uma construção tem para que ela possa ser chamada de sustentável. Mais uma vez, ele apresenta o endereço do site do programa para maiores informações

É possível tirar algumas conclusões sobre o episódio. O apresentador segue a linha clássica do programa ao mostrar, brevemente, uma questão e ampliá-la com diferentes soluções, em variadas cidades. Ao apresentar três opções de telhados, ele oferece uma gama de opções aos telespectadores, que podem escolher uma nova maneira de economizar energia através de uma construção sustentável. Como ele mostra diversas vertentes, o público tem a impressão de que é fácil e possível mudar a sua habitação ou até mesmo o seu endereço comercial. Dependendo do capital disponível para a obra, não há espaço para dizer que a solução é cara ou inviável. Mesmo a reciclagem pode ser uma opção viável para a implementação da sustentabilidade no meio urbano. Mais uma vez, o programa é bem-sucedido em sua proposta de solucionar problemas ambientais nas cidades.

4.3.2 – Alternativas sustentáveis de tratamento de esgoto (exibido em 17/10/2009)¹⁸

A voz do apresentador André Trigueiro anuncia em off que o Brasil se prepara para receber a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, além de se preparar para ser a quinta economia do mundo. Imagens do presidente Lula são

¹⁸ Programa disponível no link: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1143868-7823-CONHECA+ALTERNATIVAS+INTELIGENTES+BARATAS+E+SUSTENTAVEIS+DE+TRATAR+O+ESGOTO,00.html>

mostradas ao lado de importantes chefes de Estado, assim como imagens dos anúncios do Brasil como sede dos jogos também são apresentadas. Entretanto, a cena é cortada para imagens de esgoto in natura sendo despejado em diversas localidades, e o apresentador, ao mudar o seu tom de voz, evidencia que, apesar desses triunfos, o país ostenta indicadores vergonhosos de saneamento básico. Segundo ele, apenas 30% dos municípios do país realizam algum tipo de tratamento de esgoto. Além disso, o problema maior é o emprego de água potável e tratada empregada no transporte do esgoto. O apresentador se questiona se não há alguma maneira de tratar os resíduos de alguma forma que não seja necessário utilizar água potável.

Apresentado o problema, nos primeiros dois minutos do episódio, Trigueiro apresenta a professora Miriam Teixeira, que pesquisou em todo o mundo por alternativas para o seu sistema de esgoto e chegou ao “Sanitário Seco”. Ela explica que o conceito desse tratamento é que, na ausência de água, não há a contaminação dos mananciais. Além disso, os dejetos humanos são restituídos no solo, em forma de nutrientes. A professora cita o exemplo de uma universidade em Vancouver, Canadá, que tem todo o seu sistema sanitário baseado na proposta “seca” (as imagens da universidade são mostradas através de fotos), e da região da Mongólia, na China, onde um conjunto de apartamentos foi criado através desse conceito, devido ao solo pobre e da necessidade do reaproveitamento dos dejetos humanos nas plantações.

Uma reportagem da Rede ABC de notícias, nos Estados Unidos, apresenta a novidade do “banheiro seco” na televisão. Em off, durante a apresentação da reportagem, a professora Miriam Teixeira explica como funciona o vaso sanitário, na transformação dos dejetos em húmus. Segundo ela (sua fala segue ilustrada com a reportagem americana), é possível comprar um vaso sanitário até mesmo no mercado e levar para o próprio domicílio, onde o próprio consumidor realiza a montagem do produto. A professora explica que o uso do produto final do sanitário é geralmente utilizado nos jardins e em plantações.

A matéria continua dessa vez em uma cidade chamada Pirenópolis, no interior de Goiás, onde é a sede do IPEC (Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado). O prédio foi construído em harmonia com a natureza e possui uma estrutura alternativa, apresentada nas imagens. O diretor do IPEC, André Soares, explica em entrevista à repórter Lila Nascimento que o paradigma do prédio é de respeito com a natureza. O banheiro do prédio é uma estrutura de dois andares. Soares explica que o banheiro foi batizado de “Húmus Sapiens”, que dispensa a água. Ele apresenta o banheiro à repórter

e explica que, após o uso, ao invés de utilizar o mecanismo da descarga, a pessoa coloca serragem dentro do vaso sanitário para criar a proporção certa de nitrogênio e carbono, transformando a mistura em adubo orgânico. Os dois descem para a câmara de compostagem, onde Soares explica que os resíduos, ao estarem expostos ao calor do sol e à saída e entrada de ar, são digeridos aerobicamente e são transformados em húmus. O diretor explica que, num centro urbano, o sistema poderia estar vinculado a uma horta.

A repórter ainda explica que a água usada das torneiras das cozinhas e dos banheiros não retorna para a natureza. Soares então apresenta um sistema de raízes de bananeiras que recuperam o esgoto doméstico proveniente das pias. Ele mostra para as câmeras o recipiente responsável pela absorção dessa água que sobra como resíduo. O diretor faz uma apresentação para estudantes vindos de várias partes do país, interessados nas técnicas de tratamento do esgoto doméstico. Os estudantes depõem sobre como vão utilizar na cidade aquilo que estão aprendendo no IPEC.

Lila Nascimento explica, enquanto imagens do centro ecológico são mostradas, que o Instituto capacita pessoas e serve de consultoria na apresentação de soluções de tratamento de água para condomínios ecológicos nas áreas urbanas. A repórter apresenta um morador das redondezas, Flávio de Oliveira, que construiu um canteiro séptico da maneira que havia aprendido no IPEC. Ele explica que não há manutenção e que ainda há uma resposta da natureza, na forma dos frutos colhidos na horta criada com o sistema de esgoto sustentável. O diretor do projeto diz na entrevista que o impedimento para aplicar as técnicas nas cidades na verdade vem da dificuldade de aceitação da sociedade em perceber que parte dos problemas ambientais é de sua própria responsabilidade.

O programa muda de cidade e chega a Foz do Iguaçu. O bairro da Vila C não possuiu sistema de coleta de esgoto para atender os moradores. Enquanto a repórter Isabelle Ferrari descreve essa situação em off, cenas do bairro são apresentadas no programa. A escola municipal Padre Luigi Salvucci foi escolhida para a implementação de um modelo de tratamento de esgoto diferenciado. O jardim da escola foi montado sob uma estrutura que reaproveita a água do esgoto produzido na cozinha e nos banheiros. Os canos são levados até abaixo do jardim, e liberam aos poucos o esgoto no terreno. A especialista Carolina de Macedo explica em entrevista o procedimento, após uma arte apresentar como se dá o processo.

A repórter questiona os alunos da escola, que respondem novamente sobre o uso do esgoto no jardim da escola. Isabelle Ferrari, ao ar livre, explica que o jardim serve como uma parte complementar da educação das crianças, nas matérias de ciências ou

até mesmo de matemática. A cena seguinte mostra uma professora ensinando matemática no jardim, usando o exemplo do sistema de esgoto da escola.

O nome do sistema utilizado é: estação de tratamento de esgoto por zona de raízes. A repórter ainda explica os detalhes técnicos do sistema, apresentando elementos com filtros e canos, que devolvem a água para o meio ambiente. A água foi pesquisada por técnicos da usina hidrelétrica de Itaipu através de duas coletas: antes de passar pelo sistema e depois. A técnica da análise Leonilda dos Santos disse que o resultado foi surpreendente, pois a segunda coleta apresentou 86% menos coliformes fecais em relação a primeira. A escola ganhou inúmeros prêmios e o sistema ali empregado começa a ser pesquisado pela prefeitura da cidade para a sua utilização em outros bairros que também não possuem sistema de coleta de esgoto.

A matéria se encerra com o apresentador André Trigueiro. Ele explica que o sistema de tratamento de esgoto do país é baseado em estações gigantescas, que não atendem a população como deveria. Ele sugere que essas tecnologias são inteligentes e baratas e são especialmente úteis ao serem empregadas em cidades com menos de 50 mil habitantes. Para encerrar, Trigueiro indica o site do programa, para maiores informações.

Após a análise, é possível concluir que o programa segue seu padrão de apresentar três soluções parecidas para um mesmo problema, em regiões diferentes. A proposta do episódio em questão foi implantar novas estratégias de saneamento básico, mais baratas e ecológicas, de forma a diminuir a poluição e o uso de água potável. Dessa forma, são apresentadas soluções viáveis onde a sustentabilidade ambiental é perfeitamente possível. O programa cumpre a expectativa de ser um educador e utiliza a sua influência na apresentação de tecnologias novas e educativas.

4.4 - Análise descritiva do programa: sustentabilidade cidadã

Como visto ao longo desse estudo, o desenvolvimento sustentável não depende apenas da apresentação de formas ecológicas de construção, industrialização ou urbanização (capítulo 3, subcapítulo 3.3). Na verdade, para uma sociedade ser sustentável, é necessário que os hábitos de vida dela mudem de acordo com a transformação do meio. Enquanto não houver uma consciência fundamentada em um novo direcionamento de atitudes sustentáveis, nada será suficiente.

O programa Cidades e Soluções, como formador de opinião (devido ao seu caráter midiático) propõe também mudanças no dia-a-dia da população, de forma que a sociedade possa optar por um estilo de vida menos impactante ao meio ambiente. Através de exemplos de como uma mudança no exercício da cidadania pode contribuir para a sustentabilidade, ele cumpre o papel de educação ambiental.

Foram escolhidos dois programas para ilustrar de que maneira o Cidades e Soluções pretende inserir na sociedade novos valores, que sejam capazes de interferir nos hábitos sociais da população urbana. São eles: Consumo Sustentável (exibido em 24/05/2009) e Soluções das Favelas (exibido em 14/09/2008).

4.4.1 - Consumo Sustentável (exibido em 24/05/2009)¹⁹

O programa começa com a voz de André Trigueiro, em OFF, apresentando um convidado, chamado Irineu Tamaio, coordenador do programa de “Educação para as Sociedades Sustentáveis” desenvolvido pelo WWF Brasil²⁰. Enquanto isso, são apresentadas as imagens dos dois entrando em uma sala de edição do programa e se dirigindo para um computador. O especialista fora convidado para explicar o que é e como funciona a “Pegada Ecológica”, uma forma de examinar os rastros que os humanos deixam na natureza. Segundo o convidado, é uma forma de medir o quanto de natureza se usa para manter a vida do cidadão. Trigueiro apresenta o site da instituição e descobre o teste para calcular a própria pegada ecológica. Os critérios do teste são a alimentação, consumo de energia e água, quantidade de lixo produzida.

O convidado vai explicando, ao longo do programa, porque os critérios se referem com a vida da população. Segundo ele, a alimentação tem a ver com a produtividade da terra, por isso ela se relaciona com os rastros ambientais deixado pelo homem. Os dois seguem juntos para um supermercado, e o especialista explica que consumir frutas a granel é mais viável ecologicamente do que consumir frutas embaladas em plástico e isopor (que demoram mais a degradar-se na natureza). Além disso, além do custo de transporte e colheita, comum às duas frutas, o tipo embalado

¹⁹ Programa disponível no link: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1040409-7823-VOCE+TEM+HABITOS+DE+CONSUMO+SUSTENTAVEIS,00.html>

²⁰ ONG ambientalista criada em 1961, que hoje é uma das mais conhecidas do mundo.

gastou mais energia na produção do plástico e do isopor. Ou seja, o consumidor sustentável percebe essa nuance e compra de forma consciente. Outro fator questionado é a quantidade de sacolas plásticas utilizadas nas compras. Tamoio explica à Trigueiro, já no caixa do supermercado, que o consumidor consciente pensa na energia utilizada para a produção das sacolas plásticas e no destino para essas embalagens após seu uso.

Trigueiro, ainda no critério alimentação, puxa a “Pegada Ecológica” para a produção dos alimentos. Ele cita o exemplo do bacalhau, um peixe muito apreciado, mas que se encontra em risco de extinção e que viaja de muito longe até chegar aos mercados dos grandes centros brasileiros. Mostram-se cenas da pesca do bacalhau entre a discussão dos dois especialistas no mercado. Em seguida, os dois novamente discutem sobre a sustentabilidade de se consumir um peixe caro, devido à escassez e ao custo do transporte.

Tamoio diz: “nós não somos contra o consumo”. Ele explica que na verdade, é preciso pensar, na hora de consumir, na origem do produto e no impacto ambiental que se tem ao consumi-lo. Moderação é a palavra utilizada por Trigueiro para definir esse tipo de consumo.

As questões relativas ao consumo alimentar continuam. Em seguida, Tamoio explica que o consumo da carne vermelha aumenta o desmatamento e as queimadas, na medida em que as pastagens avançam para dar vazão à sua produção. Enquanto ele explica, imagens de pastagens e rebanhos, desmatamento e áreas de incêndio aparecem para ilustrar a sua fala. Tamoio relaciona o gás metano produzido pelos bois e o seu consumo de água também como fator de esgotamento ambiental. O especialista explica a Trigueiro que a quantidade de carne sustentável por pessoa por semana é de apenas 300 gramas, o suficiente para que a produção permaneça estável.

A dupla retorna à sala de edição e continua o teste. Dessa vez a questão é o consumo de energia e água. Tamoio explica que o chuveiro (além do consumo de água) e o ar condicionado são grandes vilões, pois consomem muita energia elétrica. Segundo ele, a temperatura ideal para a programação de um aparelho de condicionamento seria de 25 graus Celsius. Através de imagens de chuveiros, o especialista ilustra o seu discurso que a água tratada desperdiçada no banho é fundamental para traçar a pegada ecológica. Um banho mais curto de dois minutos é capaz de economizar 500 litros de água por mês. Outra questão abordada é a das torneiras abertas e lavagem de automóveis com mangueiras.

As imagens convergem para uma loja de eletrodomésticos e novamente o tópico da conversa entre o especialista e André Trigueiro é o consumo de energia. O especialista atenta para o fato de que o consumo de eletrodomésticos de maior eficiência energética é mais econômico a longo prazo e contribui para o meio sustentável.

Conforme o tópico da conversa muda, imagens de lixo são projetadas para o espectador. Tamoio explica que a produção exacerbada de lixo acentua problemas ambientais graves, como áreas de aterros sanitários e poluição com gases estufa. Através da apresentação da reciclagem, ele afirma que isso, de certa forma, se reduz. Os produtos renovam-se e, dessa forma, evita-se o gasto de energia para a produção de novos materiais e a extração de mais matéria-prima da natureza.

Outro tópico abordado é a questão das cidades, que possuem baixa produtividade do ponto de vista biológico, e que precisam ser abastecidas com produtos produzidos fora, e assim precisam ser transportados até elas. As cidades não são auto-suficientes, pois, além de seu abastecimento, ela reduz as áreas verdes e aumenta a poluição, devido aos carros, asfaltos, produção de lixo etc. Aproveitando o gancho das cidades, a questão do automóvel vem à tona. Trigueiro faz uma enquete com vários transeuntes sobre o motor e o combustível de seus carros. Tamoio explica que o impacto dos combustíveis é diferente e aponta as razões. As imagens dessa discussão se dão em um posto de gasolina.

Para concluir o programa, André Trigueiro completa o seu teste de “Pegada Ecológica”. Segundo o resultado, se todos os cidadãos tivessem os seus mesmos hábitos de consumo, seriam necessários três planetas para mantê-los. Trigueiro analisa o resultado dos testes de sua equipe, que também fica em torno de três planetas. Tamoio diz que, aplicado para todos os países, o teste dá um resultado de um planeta e 30%, o que é alarmante. Se o desenvolvimento continuar no mesmo ritmo, a previsão é de que em 2030 seria preciso dois planetas para sustentar o modo de consumo da sociedade. O planeta entraria em um grave colapso.

Trigueiro indica o site da WWF para que, através da internet, os espectadores possam calcular as suas pegadas e possam saber mais sobre como economizar os recursos do meio ambiente. Além disso, Trigueiro indica o site do programa para mais informações a respeito do consumo sustentável.

Conclui-se, nesse episódio, que a sustentabilidade também se origina nas escolhas que os cidadãos fazem no dia-a-dia. André Trigueiro, nesse programa, apresenta inúmeras soluções para que a população adquira hábitos de consumo

sustentáveis. Nos primeiros minutos, ele apresenta o especialista que o acompanha ao longo do programa e que dá credibilidade à proposta educativa do “Cidades e Soluções”. Assim, através dos 20 minutos de duração do programa, são apresentadas novas formas de se consumir, desde a alimentação no mercado até a economia de energia em casa. O episódio ilustra perfeitamente o caráter de educação ambiental dentro da sociedade e contribui para apresentar novas formas possíveis de viver na área urbana causando menos impacto ambiental

4.4.2 – Soluções vindas da favela (exibido em 14/09/2008)²¹

André Trigueiro introduz o episódio apresentando dois programas sociais criados dentro de favelas cariocas, que surgiram para combater a violência e a exclusão social. Trata-se do “Afroreggae”, no, e do “Nós do Morro”, da favela de do Vidigal, no Leblon.

O apresentador relembra a visita do Papa João Paulo II ao morro do Vidigal, e menciona que o local, em nível de violência, era bem mais tranquilo. As imagens da visita são apresentadas. Em seguida, uma seqüência de imagens de filmes e programas de TV mostra atores que foram criados na comunidade e de lá puderam exercer a sua profissão, graças ao “Nós do Morro”. Trigueiro apresenta então o criador do projeto, o jornalista e diretor Guti Fraga, que explica de onde surgiu a idéia. Ele explica que, além das técnicas de teatro ensinadas, a educação também aparece em foco, como boas maneiras e atos de cidadania.

Cenas de espetáculos apresentados no morro, do acervo do “Nós do Morro”, fazem o gancho entre essa entrevista e uma outra, com as atrizes Mary Sheila e Roberta Rodrigues, que começaram a atuar no projeto, quando moravam ainda no morro do Vidigal, e que hoje tem carreiras de sucesso. Elas explicam qual foi a importância de ter participado do programa idealizado por Fraga. Explicam que o “Nós do Morro” revolucionou a vida na favela, e que, sem a implementação desse programa de inclusão social, teria sido muito mais difícil para elas chegarem ao patamar que hoje se encontram. Imagens das duas contracenando na televisão ilustram o discurso das duas.

²¹ Programa disponível em: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM1152127-7823-CONHECA+AS+SOLUCOES+VINDAS+DA+FAVELA+PARA+ENFRENTAR+A+VIOLENCIA+E+EXCLUSAO,00.html>

As atrizes explicam que a pretensão do programa não é transformar ninguém em uma grande estrela da televisão, e sim de incluir na sociedade pessoas que não tiveram boas oportunidades e não possuem meios de arcar financeiramente com cursos de especialização. Elas avaliam que seria muito bom se todas as comunidades carentes pudessem ter um programa como o “Nós no Morro”.

Imagens de alunos aprendendo capoeira ilustram a terceira entrevista do episódio. O professor do grupo, Pedro Caetano, explica que nesse tipo de luta misturado com dança é essencial trabalhar com elementos do teatro, como a expressão do corpo. A professora de teatro Tracy Segal monta uma cena com seus alunos e em seguida explica a Trigueiro que o trabalho com eles exige, além do talento, muita disciplina. Dessa forma, os jovens conseguem assimilar para a sua própria vida valores conquistados através das aulas de teatro.

A coordenadora Regina Melo explica que os alunos são selecionados através de um teste, cuja relação candidato-vaga chega a oito. Eles estão em idade escolar e as mensalidades são custeadas pelos patrocinadores do evento. Alguns alunos dão o seu depoimento sobre suas expectativas com o projeto. Eles dizem que pretendem seguir carreira e dão o melhor de si nos ensaios e aulas.

Após algumas imagens de arquivo do acervo “Nós do Morro”, Trigueiro entrevista a diretora teatral Marta Cotrim, que explica que tudo que eles levam para as aulas tem uma repercussão positiva entre os estudantes. A aluna Luizi Barros, que na verdade já passou da idade escolar, se inscreveu para participar do projeto depois que seu filho pequeno participou. Ela decidiu fazer parte do programa porque queria saber o que o interessava nas aulas. Ela já está no projeto há nove anos e sente-se realizada.

Fraga conclui a entrevista com o programa “Nós do Morro” esclarecendo que o sentimento não tem classe social e nem idioma. Por isso, a sua proposta é trabalhar por uma qualidade de vida melhor, permitindo a inclusão social e a exteriorização dos sentimentos.

Para falar sobre o programa social da comunidade de Vigário Geral, Trigueiro lembra a chacina ocorrida há 15 anos. As imagens em preto e branco são silenciosas, enquanto o apresentador faz um breve resumo do que aconteceu. Reginaldo Lima, um dos coordenadores do “AfroReagge”, explica que em 1993, em um período de bastante violência, e que isso voltou os olhos do país para a comunidade.

Cenas do documentário “Favela Rising” são apresentadas enquanto Trigueiro explica que os jovens envolvidos no projeto são disputados com o tráfico de drogas.

Então, porque seguir o caminho da arte? Para o diretor artístico do grupo, Johayne Hildefonso, a arte salva. Segundo ele, a arte é usada como um elemento de sedução, e a partir desse instante, eles podem trabalhar com a mentalidade dos jovens, que podem tomar um caminho cerceado pela ilegalidade e violência. Ele explica que mesmo viajando pelo mundo e levando o seu projeto, o interesse das comunidades em outros países é basicamente o mesmo. Eles trabalham com tradutores e já desenvolveram projetos de arte em todos os continentes. Uma arte apresenta todos os países por onde o “AfroReggae” já apresentou espetáculos.

Trigueiro entrevista a atriz Joyce Alves, que acabou de chegar de Londres. Foi a sua primeira viagem de avião. Ela conta que teve a oportunidade de conhecer pessoas de vários países diferentes nessa oportunidade e que foi extremamente gratificante perceber como elas deram valor ao seu trabalho. Para Joyce, o teatro é uma forma de integrar a sociedade e juntar pessoas de todos os tipos sociais, físicos e culturais em uma mesma atividade democrática.

Do teatro, o foco do programa passa para a percussão. As cenas de um ensaio com um ritmo contagiante embalam a introdução do apresentador sobre o instrutor do grupo, Adelson Santos. Ele explica que teve uma vida muito difícil na comunidade e que a oportunidade de participar do “AfroReggae” salvou a sua vida, pois apresentou uma outra opção de futuro. Ele diz que usa a sua experiência para orientar os seus alunos, que também são entrevistados por Trigueiro.

O apresentador mostra um prédio que será a nova sede do “AfroReggae”, no coração de Vigário Geral. Serão salas de aula, bibliotecas e estúdio de gravação para trezentos jovens, que vão funcionar 24 horas por dia. Reginaldo Lima diz que esse era o grande sonho do grupo, construir um centro cultural que pudesse atender a comunidade.

Para encerrar o programa, Trigueiro divulga o endereço do blog do programa, que era uma novidade na época da exibição.

Esse episódio é bastante emblemático para exibir a função cidadã do programa “Cidades e Soluções”. Podemos concluir que, nele, André Trigueiro não apresenta questões relativas ao meio ambiente. Ao tratar de questões sobre a inclusão social nas favelas cariocas, ele chama atenção para outro tipo de solução, também presente no desenvolvimento sustentável: a inserção para o desenvolvimento. Se ao longo do trabalho foi verificado que a questão do crescimento econômico não vem dissociada da qualidade de vida e das questões sociais, o programa cumpre o papel de educador para a sustentabilidade. Não há desenvolvimento sem inclusão, e o “Cidades e Soluções”

apresenta alternativas até mesmo para que isso possa acontecer, apresentando exemplos que deram certo e respeitando a fórmula de apresentar sempre mais de um.

5 – Considerações Finais

Esse trabalho surgiu do interesse no emprego da mídia na aplicação do desenvolvimento sustentável. O catastrofismo e a tendência apocalíptica têm um espaço grande nas questões relacionadas ao meio ambiente. Ora, como principal influenciadora da opinião pública, não seria importante que as empresas de comunicação divulguem, além dos fatos dramáticos da poluição, emissão de carbono e aquecimento global, alternativas válidas para que a sociedade possa reagir? Por que é tão difícil abrir espaço, na imprensa, para esse tipo de programação?

Sem entrar na discussão sobre o desenvolvimento sustentável ser possível ou não, o que acontece é que ele é, no momento, a sugestão mais prática e rápida para implantar na sociedade maneiras de reverter os efeitos sobre o meio ambiente e maximizar a capacidade produtiva dos recursos, diminuindo a sua extração e utilização.

O modo capitalista de economia, baseado na novidade, no lucro e no consumo desenfreado, não será mudado no mesmo prazo de tempo que as previsões anunciam catástrofes naturais e aquecimento global. Para que a adoção de um novo sistema econômico, que não extenuie a natureza, seja viável, é preciso um tempo de transição, que o meio ambiente não possui mais. É preciso tomar medidas rápidas para que seja possível refrear as conseqüências da ação humana sobre a natureza.

Grande parte da sociedade ainda não se deu conta de que é necessário mudar certos valores para que o desenvolvimento sustentável seja empregado. A culpa, em geral, recai sobre os governos e corporações. Entretanto, os efeitos das atitudes empresariais e governamentais fazem parte de um ciclo de decisões que os cidadãos também participam.

A mídia, como influenciadora, pode e deve se posicionar de maneira a apresentar algumas soluções viáveis em sociedade, ao alcance das empresas, dos governos, e das populações. A idéia é apresentar as questões ambientais e sociais de forma a informar a sociedade de que maneira é possível tomar alguma atitude. O que falta na postura da comunicação social é esse caráter participativo que, além de informar, apresenta alternativas para os problemas.

A Globonews é um canal especializado em jornalismo e *hard news*. Entretanto, ela abre espaço para experimentações. O programa “Cidades e Soluções” nasceu de um projeto, e hoje é um exemplo de jornalismo para o desenvolvimento sustentável. Ele foi escolhido para a pesquisa, pois é um programa recente e de grande sucesso. Em três

anos de exibição, “Cidades e Soluções” ganhou cinco prêmios: Prêmio Ethos de Jornalismo na categoria mídia eletrônica TV (2007), Prêmio ABCR de Jornalismo, Prêmio Especial do Júri do CEBDS na Categoria Mídia (2007), Prêmio ABRELPE de Reportagem (2007) e I Prêmio Microcamp de Jornalismo na categoria telejornalismo (2008).

Resultado do trabalho de um jornalista que dedica a sua carreira para as causas sustentáveis, “Cidades e Soluções” é um exemplo que deve orientar outros meios de comunicação social. Trata-se de um esforço da mídia de renovar-se, através da possibilidade de mostrar exemplos bem sucedidos de práticas sustentáveis e de inserção social, para ajudar na criação de valores baseados em um desenvolvimento não-ofensivo.

6 – Referências Bibliográficas

- ABREU, Miriam Santini de. *Quando a Palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- BARROS, Luís Gustavo Martins. *O jornalismo Público praticado pelo programa Cidades e Soluções*. Brasília: IESB, 2009. Disponível em: <http://especiais.globonews.globo.com/files/336/theme/jornalismo.pdf>. Acesso em 09 out. 2009
- BRUNEL, Sylvie. *À qui profite le développement durable?* Évreux: Larousse, 2009.
- BURSZTYN, Marcel; PERSEGONA, Marcelo. *A Grande Transformação: Uma cronologia da dialética homem-natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- DIAS, Célia. *As antinomias discursivas da Ecologia Política: Uma análise baseada na experiência do Partido Verde no Rio de Janeiro, 1986-1992*.
- GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- GORE, Al. *Uma verdade inconveniente: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global*. Barueri: Manole, 2007.
- HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. *Capitalismo Natural: Criando a próxima revolução industrial*. São Paulo: Cultrix, 1999.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era do Capital 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: 1992.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- JACOBI, Pedro Roberto. *Meio Ambiente e Sustentabilidade*. In: CEPAM. *O Município no Século XXI*. São Paulo: CEPAM, 1999, pp.175-184. Disponível em: <http://www.unifap.br/editais/2006/PMDAPP/sustentabilidade%5B1%5D.pdf>. Acesso em 06 out. 2009
- LAVILLE, Élisabeth. *A Empresa Verde*. São Paulo: Õte, 2009.
- LEFF, Enrique. *Ecologia, Capital e Cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: Edifurb, 2000.

MARQUES, Carla. *O discurso verde e a moderna consciência ecológica burguesa*. Revista “Trabalho Necessário”, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/TN8%20MARQUES,%20C..pdf>. Acesso em 09 out. 2009.

Relatório: *O desafio das megacidades no século XXI: uma perspectiva dos stakeholders*. (Institutos GlobeScan e MRC McLean Hazel) São Paulo: Magral, 2007. Disponível em: http://w1.siemens.com/pool/en/about_us/megacities/megacity_studie_port_1464489.pdf. Acesso em 17 out.2009.

TRIGUEIRO, André. *Mundo Sustentável: Abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação*. São Paulo: Globo, 2005.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.